

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	20
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	381.587
Preferenciais	744.015
Total	1.125.602
Em Tesouraria	
Ordinárias	252
Preferenciais	2.081
Total	2.333

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/02/2014	Dividendo	10/03/2014	Ordinária		0,87101
Reunião do Conselho de Administração	25/02/2014	Dividendo	10/03/2014	Preferencial		0,95811

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	67.953.121	69.615.109
1.01	Ativo Circulante	14.288.460	15.632.730
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.880.907	6.311.299
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	39.934	101.094
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	3.840.973	6.210.205
1.01.03	Contas a Receber	5.702.497	5.541.023
1.01.03.01	Clientes	5.702.497	5.541.023
1.01.04	Estoques	535.005	469.586
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.968.530	2.168.797
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.968.530	2.168.797
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.017.072	254.743
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.184.449	887.282
1.01.08.03	Outros	1.184.449	887.282
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	402.317	235.278
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	265.588	89.499
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	219.758	204.165
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	59.206	60.346
1.01.08.03.05	Outros Ativos	237.580	297.994
1.02	Ativo Não Circulante	53.664.661	53.982.379
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.247.491	5.240.787
1.02.01.03	Contas a Receber	169.175	160.478
1.02.01.03.01	Clientes	169.175	160.478
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	25.913	24.879
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	79.698	61.920
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.972.705	4.993.510
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	422.170	368.388
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.266.826	4.123.584
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	108.152	106.239
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	110.434	329.652
1.02.01.09.07	Outros Ativos	65.123	65.647
1.02.02	Investimentos	1.218.073	1.076.696
1.02.02.01	Participações Societárias	1.218.073	1.076.696
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	922.719	778.289
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	73.819	75.577
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	221.535	222.830
1.02.03	Imobilizado	18.204.569	18.377.905
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.512.650	16.464.045
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.691.919	1.913.860
1.02.04	Intangível	28.994.528	29.286.991

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	67.953.121	69.615.109
2.01	Passivo Circulante	13.077.201	13.862.290
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	340.514	427.067
2.01.01.01	Obrigações Sociais	240.617	226.448
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	99.897	200.619
2.01.02	Fornecedores	6.167.908	6.948.957
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.289.931	1.269.105
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	320.007	270.019
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	48.473	846
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	271.534	269.173
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	934.947	969.067
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	34.977	30.019
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.141.301	1.523.713
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.819.990	1.217.442
2.01.04.02	Debêntures	295.675	286.929
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	25.636	19.342
2.01.05	Outras Obrigações	2.529.201	3.132.045
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	241.079	224.449
2.01.05.02	Outros	2.288.122	2.907.596
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	609.582	1.187.556
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	48.601	44.463
2.01.05.02.05	Receita Diferida	844.683	812.843
2.01.05.02.06	Grupamento de Frações de Ações	389.174	389.220
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	396.082	473.514
2.01.06	Provisões	608.346	561.403
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	608.346	561.403
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	92.015	92.712
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	516.331	468.691
2.02	Passivo Não Circulante	12.365.985	12.858.377
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.421.343	7.229.842
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.211.232	3.015.620
2.02.01.02	Debêntures	4.016.671	4.014.686
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	193.440	199.536
2.02.02	Outras Obrigações	304.102	240.410
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	41.574	33.070
2.02.02.02	Outros	262.528	207.340
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	32.311	24.807
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	101.245	52.252
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	14.601	18.698
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	114.371	111.583
2.02.03	Tributos Diferidos	785.381	722.634
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	785.381	722.634
2.02.04	Provisões	4.601.275	4.413.140
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.093.899	3.901.465
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.267.759	2.133.934
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	907.774	895.468

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	378.953	370.351
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	539.413	501.712
2.02.04.02	Outras Provisões	507.376	511.675
2.02.04.02.04	Provisão para Desmobilização	236.364	235.998
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	271.012	275.677
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	253.884	252.351
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	253.884	252.351
2.03	Patrimônio Líquido	42.509.935	42.894.442
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.616.449	2.616.449
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.728.556	2.728.556
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-112.107	-112.107
2.03.04	Reservas de Lucros	1.420.034	2.463.034
2.03.04.01	Reserva Legal	1.285.797	1.285.797
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.699	1.699
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	132.538	1.175.538
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	660.770	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	14.572	16.849

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.194.049	3.149.971
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.195.200	-2.065.338
3.03	Resultado Bruto	3.998.849	1.084.633
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.936.282	-163.470
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.483.497	-772.866
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-487.451	-182.331
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	114.176	102.466
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-224.945	-106.106
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	145.435	795.367
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.062.567	921.163
3.06	Resultado Financeiro	-104.932	-55.306
3.06.01	Receitas Financeiras	521.317	111.436
3.06.02	Despesas Financeiras	-626.249	-166.742
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	957.635	865.857
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-296.865	-55.682
3.08.01	Corrente	-234.369	0
3.08.02	Diferido	-62.496	-55.682
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	660.770	810.175
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	660.770	810.175
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,55181	0,67658
3.99.01.02	PN	0,60699	0,74423

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	660.770	810.175
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.277	-13.127
4.02.01	Perdas Não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda	-1.295	-11.258
4.02.02	Tributos sobre Perdas Não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda	440	3.997
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-2.763	-2.490
4.02.06	Ganhos (perdas) com Operações de Derivativos	2.032	0
4.02.07	Tributos sobre Ganhos (perdas) com Operações de Derivativos	-691	0
4.02.08	Participação no Resultado Abrangente das Subsidiárias	0	-3.376
4.03	Resultado Abrangente do Período	658.493	797.048

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	840.082	847.477
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.786.438	916.712
6.01.01.01	Lucro antes dos Impostos	957.635	865.857
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.438.697	668.409
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	30.306	9.924
6.01.01.04	Variações Monetárias	22.087	8.571
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-145.435	-795.367
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa/Alienação de Bens	16.232	-53.996
6.01.01.07	Provisão para Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	196.448	80.152
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Fornecedores	-20.340	-7.969
6.01.01.09	Provisão (Baixas e Reversões) para Redução ao Valor Realizável de Estoques	-3.345	3.294
6.01.01.10	Planos de Pensão e Outros Benefícios Pós Emprego	7.882	6.648
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	125.959	63.881
6.01.01.12	Despesas de Juros	159.981	69.375
6.01.01.13	Provisão (Reversão) para Desimobilização	366	-2.067
6.01.01.14	Provisão para Programa de Fidelização	-35	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.946.356	-69.235
6.01.02.01	Contas a Receber	-366.619	-48.917
6.01.02.02	Estoques	-62.074	-10.303
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-106.361	-1.239
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-656.776	-16.449
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	-110.330	9.355
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	-6.525	-20.641
6.01.02.07	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-90.650	-50.628
6.01.02.08	Fornecedores	-322.904	6.967
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	239.973	158.013
6.01.02.10	Juros Pagos	-196.524	-93.643
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-151.677	0
6.01.02.12	Outros Passivos Circulantes	-53.042	20.097
6.01.02.13	Outros Passivos Não Circulantes	-62.847	-21.847
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.502.009	792.593
6.02.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controladas	0	-46.050
6.02.02	Aquisição de Imobilizado e Intangível (Líquido de Doações)	-1.418.198	-480.723
6.02.03	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	4.581	20.045
6.02.06	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	-89.532	-21.128
6.02.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	1.140	1.320.449
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.768.465	-1.697.902
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-218.718	-108.603
6.03.02	Captção de Empréstimos e Debêntures	87.422	0
6.03.03	Pagamento Líquido dos Contratos de Derivativos	-16.149	-6.130
6.03.04	Pagamentos de Grupamento/Fracionamento de Ações	-46	-68
6.03.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-1.620.974	-1.583.101

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.430.392	-57.832
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.311.299	3.079.282
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.880.907	3.021.450

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	1.287.496	1.175.538	16.849	42.894.442
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	1.287.496	1.175.538	16.849	42.894.442
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.043.000	0	-1.043.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2013	0	0	0	-1.043.000	0	-1.043.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	660.770	-2.277	658.493
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	660.770	0	660.770
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.277	-2.277
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.287.496	793.308	14.572	42.509.935

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	1.100.000	3.148.769	17.792	44.681.120
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	1.100.000	3.148.769	17.792	44.681.120
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.650.000	0	-1.650.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2012	0	0	0	-1.650.000	0	-1.650.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	809.745	-12.697	797.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	810.175	0	810.175
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-430	-12.697	-13.127
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.100.000	2.308.514	5.095	43.828.168

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	11.150.697	4.138.408
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.190.046	4.156.028
7.01.02	Outras Receitas	157.099	62.532
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-196.448	-80.152
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.206.498	-1.888.358
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.343.933	-1.410.444
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.848.534	-535.110
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-14.031	57.196
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.944.199	2.250.050
7.04	Retenções	-1.438.697	-668.409
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.438.697	-668.409
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.505.502	1.581.641
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	666.752	906.803
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	145.435	795.367
7.06.02	Receitas Financeiras	521.317	111.436
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.172.254	2.488.444
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.172.254	2.488.444
7.08.01	Pessoal	561.966	249.859
7.08.01.01	Remuneração Direta	360.531	142.479
7.08.01.02	Benefícios	172.408	84.599
7.08.01.03	F.G.T.S.	29.027	22.781
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.697.844	1.049.321
7.08.02.01	Federais	1.235.885	303.377
7.08.02.02	Estaduais	2.447.866	733.561
7.08.02.03	Municipais	14.093	12.383
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.056.434	283.243
7.08.03.01	Juros	625.501	165.300
7.08.03.02	Aluguéis	430.933	117.943
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	660.770	810.175
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	660.770	810.175
7.08.05	Outros	195.240	95.846

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	67.950.860	69.541.075
1.01	Ativo Circulante	14.813.939	15.936.633
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.544.521	6.543.936
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	46.785	101.921
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	4.497.736	6.442.015
1.01.03	Contas a Receber	5.914.608	5.802.859
1.01.03.01	Clientes	5.914.608	5.802.859
1.01.04	Estoques	564.241	505.615
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.996.637	2.191.962
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.996.637	2.191.962
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.020.583	257.286
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	773.349	634.975
1.01.08.03	Outros	773.349	634.975
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	34.283	35.032
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	265.588	89.499
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	219.758	204.165
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	1.140
1.01.08.03.05	Outros Ativos	253.720	305.139
1.02	Ativo Não Circulante	53.136.921	53.604.442
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.568.687	5.573.387
1.02.01.03	Contas a Receber	266.193	257.086
1.02.01.03.01	Clientes	266.193	257.086
1.02.01.06	Tributos Diferidos	198.171	210.294
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	198.171	210.294
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	26.257	25.364
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	80.428	62.716
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.997.638	5.017.927
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	422.170	368.388
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.292.056	4.148.355
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	108.365	106.455
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	110.434	329.652
1.02.01.09.07	Outros Ativos	64.613	65.077
1.02.02	Investimentos	83.296	86.349
1.02.02.01	Participações Societárias	83.296	86.349
1.02.03	Imobilizado	18.274.345	18.441.647
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.557.066	16.473.921
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.717.279	1.967.726
1.02.04	Intangível	29.210.593	29.503.059

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	67.950.860	69.541.075
2.01	Passivo Circulante	13.063.205	13.768.244
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	343.522	431.403
2.01.01.01	Obrigações Sociais	242.321	228.099
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	101.201	203.304
2.01.02	Fornecedores	6.249.537	6.914.009
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.320.943	1.315.164
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	344.638	307.588
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	75.589	22.893
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	269.049	284.695
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	934.140	969.278
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	42.165	38.298
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.141.301	1.523.713
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.819.990	1.217.442
2.01.04.02	Debêntures	295.675	286.929
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	25.636	19.342
2.01.05	Outras Obrigações	2.399.556	3.022.552
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	96.838	94.954
2.01.05.02	Outros	2.302.718	2.927.598
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	609.582	1.187.556
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	48.601	44.463
2.01.05.02.05	Receita Diferida	848.397	817.551
2.01.05.02.06	Licença de Autorização	103.663	95.768
2.01.05.02.07	Grupamento de Frações de Ações	389.174	389.220
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	303.301	393.040
2.01.06	Provisões	608.346	561.403
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	608.346	561.403
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	92.015	92.712
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	516.331	468.691
2.02	Passivo Não Circulante	12.377.720	12.878.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.421.343	7.229.842
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.211.232	3.015.620
2.02.01.02	Debêntures	4.016.671	4.014.686
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	193.440	199.536
2.02.02	Outras Obrigações	294.982	239.491
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.458	10.210
2.02.02.02	Outros	284.524	229.281
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	32.311	24.807
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	124.073	75.074
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	14.601	18.698
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	113.539	110.702
2.02.03	Tributos Diferidos	785.381	722.634
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	785.381	722.634
2.02.04	Provisões	4.621.172	4.432.761
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.109.041	3.916.331
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.282.901	2.148.800

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	907.774	895.468
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	378.953	370.351
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	539.413	501.712
2.02.04.02	Outras Provisões	512.131	516.430
2.02.04.02.04	Provisão para Desimobilização	241.119	240.753
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	271.012	275.677
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	254.842	253.661
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	254.842	253.661
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	42.509.935	42.894.442
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.616.449	2.616.449
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.728.556	2.728.556
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-112.107	-112.107
2.03.04	Reservas de Lucros	1.420.034	2.463.034
2.03.04.01	Reserva Legal	1.285.797	1.285.797
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.699	1.699
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	132.538	1.175.538
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	660.770	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	14.572	16.849

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.611.930	8.555.484
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.396.344	-4.406.462
3.03	Resultado Bruto	4.215.586	4.149.022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.095.292	-2.799.141
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.510.013	-2.176.008
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-487.969	-612.529
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	129.296	158.188
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-227.611	-168.346
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.005	-446
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.120.294	1.349.881
3.06	Resultado Financeiro	-88.330	-16.731
3.06.01	Receitas Financeiras	538.013	365.120
3.06.02	Despesas Financeiras	-626.343	-381.851
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.031.964	1.333.150
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-371.194	-522.975
3.08.01	Corrente	-296.575	-279.529
3.08.02	Diferido	-74.619	-243.446
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	660.770	810.175
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	660.770	810.175
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	660.770	810.175
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	660.770	810.175
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.277	-13.127
4.02.01	Perdas Não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda	-1.295	-11.258
4.02.02	Tributos sobre Perdas Não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda	440	3.997
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-2.763	-2.490
4.02.04	Ganhos (perdas) Atuariais e Efeito da Limitação de Ativos dos Planos Superavitários	0	-651
4.02.05	Tributos sobre Ganhos (perdas) Atuariais e Efeito da Limitação de Ativos dos Planos Superavitários	0	221
4.02.06	Ganhos (perdas) com Operações de Derivativos	2.032	-4.464
4.02.07	Tributos sobre Ganhos (perdas) com Operações de Derivativos	-691	1.518
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	658.493	797.048
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	658.493	797.048

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.271.064	2.261.397
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.989.110	3.175.582
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.031.964	1.333.150
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.443.554	1.397.276
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	30.306	31.141
6.01.01.04	Variações Monetárias	15.557	17.543
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.005	446
6.01.01.06	Lucro (Prejuízo) na Baixa/Alienação de Bens	16.375	-53.633
6.01.01.07	Provisão para Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	207.860	203.086
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Fornecedores	-51.495	16.798
6.01.01.09	Provisão (Baixas e Reversões) para Redução ao Valor Recuperável dos Estoques	1.832	6.668
6.01.01.10	Planos de Pensão e Outros Benefícios Pós Emprego	7.878	6.579
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	125.972	100.166
6.01.01.12	Despesas de Juros	159.981	115.282
6.01.01.13	Provisão (Reversão) para Desimobilização	366	-2.516
6.01.01.14	Provisão para Programa de Fidelização	-35	3.596
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.718.046	-914.185
6.01.02.01	Contas a Receber	-328.716	-207.831
6.01.02.02	Estoques	-60.458	-22.904
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-111.303	-172.493
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-657.603	-176.225
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	48.463	144.711
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	-16.524	177
6.01.02.07	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-91.978	-63.820
6.01.02.08	Fornecedores	-169.852	-393.922
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	218.977	520.724
6.01.02.10	Juros Pagos	-196.524	-160.627
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-207.928	-351.863
6.01.02.12	Outros Passivos Circulantes	-73.194	-9.382
6.01.02.13	Outros Passivos Não Circulantes	-71.406	-20.730
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.502.014	-836.735
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível (Líquido de Doações)	-1.424.540	-1.127.556
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	4.581	316.407
6.02.05	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	-83.195	-25.586
6.02.06	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	1.140	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.768.465	-1.807.197
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-218.718	-220.772
6.03.02	Captações de Empréstimos e Debêntures	87.422	9.493
6.03.03	Pagamento Líquido dos Contratos de Derivativos	-16.149	-12.749
6.03.04	Pagamentos referentes a Grupamento de Ações	-46	-68
6.03.05	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-1.620.974	-1.583.101
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.999.415	-382.535
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.543.936	7.133.485

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.544.521	6.750.950

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	1.287.496	1.175.538	16.849	42.894.442	0	42.894.442
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	1.287.496	1.175.538	16.849	42.894.442	0	42.894.442
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.043.000	0	-1.043.000	0	-1.043.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2013	0	0	0	-1.043.000	0	-1.043.000	0	-1.043.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	660.770	-2.277	658.493	0	658.493
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	660.770	0	660.770	0	660.770
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.277	-2.277	0	-2.277
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.287.496	793.308	14.572	42.509.935	0	42.509.935

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	1.100.000	3.148.769	17.792	44.681.120	0	44.681.120
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	1.100.000	3.148.769	17.792	44.681.120	0	44.681.120
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.650.000	0	-1.650.000	0	-1.650.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2012	0	0	0	-1.650.000	0	-1.650.000	0	-1.650.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	809.745	-12.697	797.048	0	797.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	810.175	0	810.175	0	810.175
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-430	-12.697	-13.127	0	-13.127
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.100.000	2.308.514	5.095	43.828.168	0	43.828.168

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	11.674.630	11.617.590
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.710.265	11.674.436
7.01.02	Outras Receitas	172.225	146.240
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-207.860	-203.086
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.441.803	-4.282.391
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.562.140	-2.725.206
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.863.972	-1.611.696
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-15.691	54.511
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.232.827	7.335.199
7.04	Retenções	-1.443.554	-1.397.276
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.443.554	-1.397.276
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.789.273	5.937.923
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	539.018	364.674
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.005	-446
7.06.02	Receitas Financeiras	538.013	365.120
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.328.291	6.302.597
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.328.291	6.302.597
7.08.01	Pessoal	567.222	633.978
7.08.01.01	Remuneração Direta	364.208	376.112
7.08.01.02	Benefícios	173.625	218.250
7.08.01.03	F.G.T.S.	29.389	39.616
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.846.589	3.857.609
7.08.02.01	Federais	1.361.210	1.473.575
7.08.02.02	Estaduais	2.449.653	2.363.153
7.08.02.03	Municipais	35.726	20.881
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.057.740	855.316
7.08.03.01	Juros	625.500	379.856
7.08.03.02	Aluguéis	432.240	475.460
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	660.770	810.175
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	660.770	810.175
7.08.05	Outros	195.970	145.519

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO MÓVEL

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R\$ milhões	1T14	4T13	Δ%	1T13	Δ%
Receita Líquida Móvel	5.758,7	6.086,3	(5,4)	5.636,3	2,2
Receita de serviço móvel	5.446,1	5.762,7	(5,5)	5.270,5	3,3
Franquia e utilização	2.833,7	2.891,4	(2,0)	2.784,4	1,8
Uso de rede	672,1	797,5	(15,7)	905,4	(25,8)
Dados e SVA	1.888,2	1.864,3	1,3	1.566,3	20,6
Mensagem P2P	427,7	467,8	(8,6)	511,3	(16,4)
Internet	1.096,2	1.056,4	3,8	812,9	34,9
SVA	364,4	340,1	7,1	242,2	50,4
Outros serviços	52,1	209,6	(75,2)	14,3	264,1
Receita Líquida de Aparelhos	312,7	323,6	(3,4)	365,8	(14,5)

Nota: De forma a melhor refletir o desempenho da empresa integrada, as receitas estão apresentadas após *intercompany*. Adicionalmente, a Receita Líquida Móvel considera a alocação da receita de longa distância por origemação da chamada.

A receita líquida móvel no trimestre registrou evolução de 2,2% na comparação anual, impulsionada pela crescente receita de dados e SVA. A receita de serviço móvel obteve variação positiva de 3,3% no trimestre quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Excluído o efeito do impacto regulatório, o crescimento da receita líquida de serviços móveis do 1T14 seria de 6,5% no comparativo anual.

A receita de **franquia e utilização** registrou evolução positiva de 1,8% comparado ao 1T13. Este desempenho reflete o incremento de parque pós-pago nos planos “Vivo Ilimitado”, apesar do arrefecimento da evolução das recargas pré-pagas.

A receita de **uso de rede** do trimestre variou -25,8% em relação ao 1T13 principalmente em função das reduções da VU-M ocorridas em abril/2013 (-11,8%) e fevereiro/2014 (-25,0%). Normalizando esse efeito, essa redução seria de 7,5%.

A receita de **dados e SVA** manteve bom desempenho no 1T14, com variação positiva de 20,6% na comparação anual. Isso se deve principalmente ao crescimento das vendas de placas e pacotes de dados, além da maior penetração de *smartphones* em nossa base de clientes. No trimestre, a receita de Dados e SVA aumentou sua representatividade sobre a receita líquida de serviço móvel para 34,7%, uma evolução anual de 5,0 p.p.. Considerando apenas a receita sainte, a participação de Dados e SVA seria de 39,6% no 1T14.

A receita com **SMS** teve queda anual de 16,4%, reflexo da maturidade do serviço e da maior adesão a ofertas integradas de SMS, voz e dados, que agregam maior valor ao cliente.

A receita de **internet móvel** atingiu alto índice de crescimento, avançando 34,9% na comparação anual, com representatividade de 58,1% da receita de dados no 1T14. Esse desempenho está diretamente atrelado ao forte crescimento nos acessos de dados pós-pagos, destacando-se os planos 3G Plus e 4G. No segmento de clientes individuais pós-pagos puros, 75,6% dos clientes possuem *smartphones* ou *smartlites*.

Receitas de SVA evoluíram 7,1% no trimestre comparada ao 4T13 e 50,4% contra o mesmo trimestre do ano anterior, impulsionadas pelos serviços “Vivo som de chamada”, “Vivo torpedo recado” e “Vivo Segurança Online”, além dos serviços da Plataforma de Educação, que sustentam alto nível de crescimento. Neste sentido, a Companhia tem constante foco no lançamento de serviços inovadores sempre em sintonia com as tendências de consumo.

A **receita de outros serviços** atingiu R\$ 52,1 milhões patamar 2,6 vezes maior que o 1T13, devido principalmente à venda de produtos financeiros, principalmente seguros, não relacionados à telecom.

Comentário do Desempenho

A **receita de aparelho móvel** reduziu 3,4% em relação ao trimestre anterior, reflexo da racionalidade da política de subsídios que se aplica apenas a usuários com planos de dados 4G.

NEGÓCIO FIXO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R\$ milhões	1T14	4T13	Δ%	1T13	Δ%
Receita Líquida Fixa	2.853,2	2.970,4	(3,9)	2.919,2	(2,3)
Voz e acessos	1.448,2	1.511,1	(4,2)	1.562,4	(7,3)
Uso de rede	113,8	121,2	(6,0)	107,8	5,6
Dados	904,6	942,0	(4,0)	893,6	1,2
TV por assinatura	138,2	132,5	4,3	121,2	14,0
Outros serviços	248,2	263,7	(5,8)	234,2	6,0
% Dados / Receita Líquida	31,7%	31,7%	(0,0) p.p.	30,6%	1,1 p.p.

Nota: De forma a melhor refletir o desempenho da empresa integrada, as receitas estão apresentadas após *intercompany*. Adicionalmente, a Receita Líquida Fixa considera a alocação da receita de longa distância por originação da chamada e a alocação das receitas advindas da solução FWT ("Vivo Fixo").

A receita líquida do negócio fixo apresentou redução anual de 2,3%, devido principalmente às reduções da VC fixo-móvel realizadas em abril/13 e fevereiro/14. Ainda assim esta variação representa a melhor evolução anual em mais de dois anos. Excluído o efeito regulatório, a receita líquida de serviços fixos ficaria praticamente estável, variando -0,1% no período.

A receita de **Voz e acessos** diminuiu 7,3% em relação ao 1T13, justificada pela substituição fixo-móvel, além dos impactos regulatórios. Excluídas as reduções da VC, a variação seria de -3,2% no comparativo anual.

A receita de **uso de rede** apresenta evolução de 5,6% quando comparada ao 1T13, e redução de 6,0% frente ao trimestre anterior em razão do menor tráfego entrante com terminação fixa, da sazonalidade inerente ao período e da substituição fixo-móvel.

A receita de **Dados** cresceu 1,2% na comparação anual. Esta evolução é influenciada pela sazonalidade, além do ambiente mais competitivo em banda larga. Neste sentido a empresa vem focando seus esforços da migração de clientes para velocidades mais altas e para tecnologias superiores, expandindo a base de clientes em fibra, que possui maior ARPU e já atinge um total de 236 mil acessos.

No 1T14, a receita de **TV por assinatura** registrou crescimento de 14,0% no comparativo anual. Esta evolução ocorre em resposta ao aumento da base iniciado na segunda metade de 2013, principalmente em DTH e IPTV mostrando o novo nível de receitas depois de findo o período promocional das ofertas.

A receita com **outros serviços** cresceu 6,0% no comparativo anual, reflexo da maior venda de hardware para clientes corporativos no período.

Comentário do Desempenho

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

Consolidado em R\$ milhões	1T14	4T13	Δ%	1T13	Δ%
Custos Operacionais	(6.049,1)	(6.185,5)	(2,2)	(5.807,9)	4,2
Pessoal	(609,3)	(652,3)	(6,6)	(693,5)	(12,1)
Custo dos Serviços Prestados	(2.664,9)	(2.572,4)	3,6	(2.649,0)	0,6
Interconexão	(864,8)	(932,6)	(7,3)	(950,7)	(9,0)
Impostos, taxas e contribuições	(436,2)	(421,2)	3,6	(439,2)	(0,7)
Serviços de terceiros	(983,0)	(856,6)	14,8	(885,7)	11,0
Outros	(380,9)	(362,0)	5,2	(373,4)	2,0
Custo das Mercadorias Vendidas	(511,8)	(527,2)	(2,9)	(559,7)	(8,6)
Despesas de Comercialização dos Serviços	(1.905,2)	(2.059,3)	(7,5)	(1.615,5)	17,9
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(207,9)	(172,0)	20,9	(203,1)	2,4
Serviços de terceiros	(1.620,3)	(1.816,7)	(10,8)	(1.339,3)	21,0
Outros	(77,0)	(70,6)	9,1	(73,1)	5,3
Despesas Gerais e Administrativas	(259,6)	(215,3)	20,6	(279,9)	(7,3)
Serviços de terceiros	(173,2)	(185,7)	(6,7)	(209,2)	(17,2)
Outros	(86,4)	(29,6)	191,9	(70,7)	22,2
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas	(98,3)	(159,0)	(38,2)	(10,3)	854,4



Os custos operacionais que registraram R\$ 6.049,1 milhões no 1T14, sem considerar os gastos com depreciação e amortização, foram 2,2% menor em relação ao trimestre anterior, e cresceram 4,2% no comparativo anual. Quando excluimos os efeitos não recorrentes, o crescimento em custos se mantém abaixo dos níveis de inflação do período, registrando variação de 5,8% no comparativo anual. Esta variação é explicada principalmente pelos esforços de melhoria do desempenho do negócio fixo e aumento da base móvel com foco em geração de valor, compensado por forte disciplina em custos de pessoal e G&A.

O custo de **pessoal** sofreu redução de 6,6% na comparação trimestral e 12,1% no comparativo anual, mesmo após concessão de 6,5% de dissídio coletivo em janeiro/14. Estas variações são explicadas pelos programas de demissão ocorridos no 1T13 e no 4T13, que aumentam a base de comparação e já demonstram a eficiência gerada pelas reduções de quadro.

O **custo dos serviços prestados** no 1T14 foi 0,6% maior que o mesmo período do ano anterior, parcialmente compensado pelas reduções da VU-M ocorridas em abril/13 e fevereiro/14. Excluindo este efeito, o aumento seria de 6,5%, devido principalmente aos esforços de aumento de capacidade, garantia de qualidade da rede móvel, maiores gastos com compra de conteúdo móvel e de TV, além de incremento nos custos com parcerias e provedores de dados, em função do crescimento em receitas com SVA.

Comentário do Desempenho

O **custo das mercadorias vendidas** no 1T14 reduziu 8,6% comparado ao 1T13, devido principalmente à política de subsídio mais restritiva, focada em aparelhos com planos 4G, que colabora para um nível mais baixo de venda de aparelhos.

As **despesas de comercialização dos serviços** apresentaram aumento de 17,9% y-o-y, devido principalmente aos esforços comerciais realizados na fixa, com foco em crescimento, além do aumento da base móvel pós-paga, suportada por uma política comercial focada em geração de valor. Na comparação trimestral houve redução de 7,5%. O aumento anual em serviços de terceiros se deve ao crescimento de custos com comissionamento, atrelado à maior adoção de pacotes de dados e *upselling* de pré-pago para planos controle, além de gastos com publicidade e propaganda ligados ao lançamento da nova oferta pré-paga Vivo Tudo.

A **provisão para devedores duvidosos (PDD)** no 1T14 fechou em R\$ 207,9 milhões, mantendo controlado o nível de inadimplência em 1,6% da receita bruta total através de rígidas ações de cobrança e mecanismos de concessão de crédito.

As **despesas gerais e administrativas** no 1T14 foram 7,3% menores que no 1T13, evidenciando o resultado da maior austeridade implantada pela Companhia e ganhos com renegociação de contratos com fornecedores.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram despesa de R\$ 98,3 milhões no 1T14, nível 38,2% menor que o registrado no trimestre anterior, justificado pelo menor nível de provisões para contingências no período.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O item **depreciação e amortização** sofreu variação de 3,3% na comparação anual e de 1,0% frente ao 4T13, resultado principalmente da amortização da licença da Banda L, contabilizada a partir de setembro de 2013, e do maior nível de investimentos recentes já operacionais em infraestrutura de rede, com foco em capacidade e qualidade.

Resultado Financeiro

Consolidado em R\$ milhões	1T14	4T13	Δ%	1T13	Δ%
Resultado financeiro líquido	(88,3)	(83,7)	5,5	(16,7)	428,7
Receitas Financeiras	538,0	397,2	35,4	365,2	47,3
Juros de Aplicações Financeiras	193,3	229,2	(15,7)	202,4	(4,5)
Variações Monetárias e Cambiais	304,4	114,9	164,9	123,1	147,3
Outras Receitas com Operações Financeiras	40,3	54,6	(26,2)	39,7	1,5
(-) Pis e Cofins	0,0	(1,5)	n.d.	0,0	n.d.
Despesas Financeiras	(626,3)	(480,9)	30,2	(381,9)	64,0
Despesas Financeiras	(271,4)	(295,1)	(8,0)	(212,9)	27,5
Variações Monetárias e Cambiais	(354,9)	(185,8)	91,0	(169,0)	110,0

No 1T14, as **despesas financeiras** líquidas aumentaram R\$ 71,6 milhões quando comparadas com o 1T13, em decorrência, principalmente, do maior endividamento líquido da Companhia.

Comentário do Desempenho

Capex

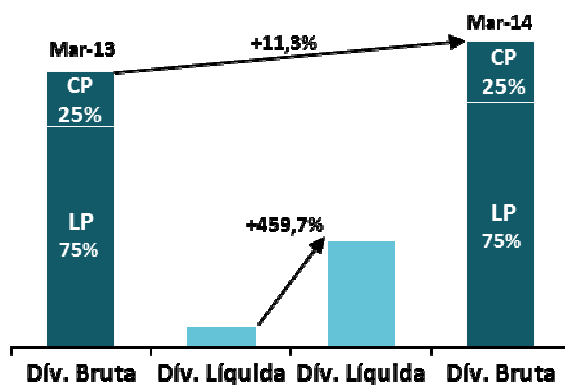
Consolidado em R\$ milhões	1T14	4T13	1T13
Rede	880,4	1.850,6	615,8
Tecnologia/Sist. Informação	59,0	271,2	56,2
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e outros	61,6	83,1	36,0
Total	1.001,0	2.204,9	708,0
Capex/ Receita operacional líquida	11,6%	24,3%	8,3%

O **Capex** do 1T14 somou R\$ 1.001,0 milhões, 41,4% superior ao primeiro trimestre de 2013. Esta evolução já demonstra o patamar mais alto de Capex projetado pela Companhia para o ano de 2014, que terá como foco a expansão do *footprint* de FTTH, investimentos em cobertura 3G e 4G, além de capacidade móvel visando manutenção superior do padrão de qualidade.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 1T14 com uma **dívida bruta** de R\$ 8.562,6 milhões, sendo 15,7% denominada em moeda estrangeira. A redução de 2,2% em relação ao 4T13 está relacionada principalmente a amortizações de principal de dívidas com o BNDES e o BNB.

A **dívida líquida** atingiu R\$ 3.667,1 milhões ao final do 1T14. Em relação ao 4T13, a dívida líquida registra um aumento de 103,8%, explicado principalmente pelo pagamento de dividendos e de juros sobre capital próprio no 1T14. A exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (hedge).



Os dados não financeiros, tais como: base de clientes, ativações brutas, volume médio de recargas, market share, cumprimento de metas de qualidade determinadas pela ANATEL, premiações recebidas e cotações, entre outros, não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a. Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. (Companhia ou Telefônica Brasil), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes forem outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Telefônica S.A., empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais (nota 21).

b. Operações

A Companhia atua na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e autorização para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), respectivamente. Possui também autorizações para a prestação do STFC nas Regiões I e II do PGO/2008, bem como de outros serviços de telecomunicações, tais como o SCM (comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga), Serviço Móvel Pessoal (SMP) e Serviço de Acesso Condicionado (SEAC), especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (LGT), lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas Leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

b.1) Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da Região III, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no PGO/2008.

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de revisões em 31 de dezembro de 2015 e 2020.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

b.2) Autorizações e frequências relativas ao SMP

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação do SMP são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

Notas Explicativas

A Companhia explora o SMP, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas. As informações sobre as áreas de operação (regiões) e vencimentos das autorizações das radiofrequências são as mesmas da nota 1.c2 – “Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel”, divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

c. Reestruturação Societária

Visando a simplificação da estrutura organizacional da Companhia, a racionalização da prestação dos serviços desenvolvidos por suas subsidiárias e a concentração da prestação desses serviços em duas sociedades operacionais, sendo elas a Companhia e a sua subsidiária integral (Telefônica Data S.A., TData ou Controlada), a Companhia realizou uma reestruturação societária aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 3.043, de 27 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 29 de maio de 2013, com as condicionantes nele previstas.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de junho de 2013, foram aprovados os termos e condições da reestruturação societária envolvendo subsidiárias integrais e sociedades controladas da Companhia.

Em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, realizada em 1º de julho de 2013, foi aprovada a referida reestruturação societária, sendo realizada por meio de cisões e incorporações das subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, de modo que as atividades econômicas que não sejam serviços de telecomunicações, incluindo a prestação de serviços de valor adicionado conforme definido no art. nº 61 da LGT (tais atividades, conjuntamente e genericamente, designadas SVAs), prestadas pelas diversas subsidiárias integrais/controladas foram concentradas na TData e os serviços de telecomunicação foram unificados na Companhia.

As cisões parciais ou totais, conforme o caso, e a incorporação dos acervos líquidos das sociedades envolvidas ocorreram todas na mesma data e com a mesma data-base (30 de abril de 2013), conforme segue: (i) o acervo líquido cindido da TData, advindo de sua cisão parcial, correspondente às atividades relacionadas à prestação do SCM foi incorporado pela Companhia; (ii) o acervo líquido cindido da Vivo S.A. (Vivo), advindo de sua cisão total, correspondente à exploração do SMP, do SCM e do STFC nas modalidades local, longa distância nacional e internacional nas regiões I e II do Plano Geral de Outorgas (PGO) foi incorporado pela Companhia e o acervo líquido dos SVAs e outros serviços que não sejam considerados de telecomunicações foram incorporados pela TData, sendo a Vivo extinta; (iii) o acervo líquido cindido da ATelecom S.A. (ATelecom), advindo de sua cisão total, correspondente às atividades relacionadas à prestação do SEAC (por meio da tecnologia DTH) e do SCM foi incorporado pela Companhia e o acervo líquido dos SVAs e outros serviços que não sejam considerados de telecomunicações foram incorporados pela TData, sendo a ATelecom extinta; e (iv) a Telefônica Sistema de Televisão S.A. (TST), que antes de sua incorporação total pela Companhia, concentrou as atividades relacionadas à prestação do SEAC e do SCM em decorrência da incorporação total da Lemontree Participações S.A. (Lemontree), GTR-T Participações e Empreendimentos S.A. (GTR-T), Ajato Telecomunicações Ltda (Ajato), Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (CaTV) e TVA Sul Paraná S.A. (Sul Paraná), sendo a TST, Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná extintas.

As incorporações das sociedades e de acervos líquidos não resultaram em aumento de capital ou emissão de novas ações da Companhia, de modo que a reestruturação societária não acarretou qualquer alteração nas participações acionárias atuais dos acionistas da Companhia.

Notas Explicativas

Não houve, também, que se falar em substituição de ações de acionistas não controladores das sociedades cindidas por ações da incorporadora, dado que a Companhia era no momento da incorporação dos acervos e/ou sociedades conforme o caso, a única acionista das sociedades cindidas/incorporadas. Dessa forma, não foi produzido laudo de avaliação do patrimônio líquido a preço de mercado para cálculo da relação de substituição das ações de acionistas não controladores de que trata o art. 264 da Lei nº 6.404/76 e art. 2º, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 319/99, conforme recentes entendimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já demonstrados nas consultas formuladas em reestruturações semelhantes e conforme mencionado na Deliberação CVM nº 559, de 18 de novembro de 2008.

A reestruturação societária foi descrita detalhadamente na nota 1b) – “Reestruturação Societária”, divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

d. Negociação das ações em bolsas de valores

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). É também registrada na Securities and Exchange Commission (SEC), dos Estados Unidos da América, e suas *American Depositary Shares* (ADS's) nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange* - NYSE).

e. Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália

A TELCO S.p.A. (na qual a Telefónica S.A. detinha uma participação de 46,18%) tem uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, sendo a maior acionista dessa companhia.

A Telefónica S.A. detém controle indireto da Telefônica Brasil e a Telecom Itália detém participação indireta na TIM S.A. (TIM), empresa de telecomunicações no Brasil. Nem a Telefónica S.A., nem a Telefônica Brasil e nem qualquer outra sociedade coligada à Telefónica S.A. têm qualquer ingerência, envolvimento ou poder de decisão sobre as atividades da TIM no Brasil e está legalmente e contratualmente impedida de exercer qualquer poder político decorrente de sua participação acionária indireta em relação às operações da TIM no Brasil. A TIM (Brasil) e a Telefônica Brasil competem em todos os mercados que atuam no Brasil em permanente tensão competitiva e, nesse contexto, assim como em relação aos demais agentes econômicos da indústria de telecomunicações, mantêm relações contratuais usuais e costumeiras entre si (muitas delas regulamentadas e fiscalizadas pela ANATEL) e/ou, conforme aplicável, de conhecimento da ANATEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no contexto dos compromissos assumidos com esses órgãos para garantir a independência absoluta das suas operações.

Em 24 de setembro de 2013, a Telefónica S.A. realizou um Acordo com os demais acionistas da sociedade italiana TELCO, S.p.A. (que detém uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, S.p.A.), segundo o qual:

- 1) A Telefónica S.A. subscreveu e integralizou um aumento de capital na TELCO, S.p.A. mediante um aporte de 324 milhões de euros, recebendo como contraprestação ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A.. Como resultado deste aumento de capital, a participação da Telefónica S.A. no capital com direito a voto na TELCO, S.p.A. não foi alterada (mantendo-se em 46,18%), embora sua participação econômica passou a ser de 66%. Desse modo, se manteve inalterada a governança da TELCO, S.p.A. e, portanto, todas as obrigações da Telefónica S.A. de se abster de participar ou influenciar as decisões que afetam os mercados em que ambas as empresas estão presentes.

Notas Explicativas

- 2) Condicionado à prévia obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que resultem necessárias (incluindo Brasil e Argentina), a Telefónica S.A. participará de um segundo aumento de capital na TELCO, S.p.A. mediante um aporte de 117 milhões de euros, recebendo como contraprestação ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A.. Como resultado desse aumento de capital, a participação da Telefónica S.A. no capital com direito a voto na TELCO, S.p.A. não será alterada (mantendo-se em 46,18% em ações com direito a voto), embora sua participação econômica passará a ser de 70%.
- 3) A partir de 1º de janeiro de 2014, com a obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que resultem necessárias (incluindo o Brasil e Argentina), a Telefónica S.A. poderá converter a totalidade ou parte das ações sem direito a voto por ações ordinárias com direito a voto, até uma participação no capital com direito a voto da TELCO, S.p.A. de no máximo 64,9%.
- 4) Os acionistas italianos da TELCO, S.p.A. outorgaram à Telefónica S.A. uma opção de compra sobre a totalidade das suas ações da TELCO S.p.A., cujo exercício foi condicionado à prévia obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que sejam necessárias (incluindo Brasil e Argentina), e poderá ser realizado a partir de 1º de janeiro de 2014, sempre que o Acordo de Acionistas continue em vigor, exceto (i) entre 1º e 30 de junho de 2014 e 15 de janeiro a 15 de fevereiro, ambos de 2015, e (ii) em determinados períodos se os acionistas italianos da TELCO, S.p.A. solicitarem a cisão (cisão parcial) da sociedade.

Na data de preparação destas Informações Trimestrais (ITRs) ainda não tinham sido obtidas as aprovações necessárias para a implementação das transações contempladas pelo Acordo de 24 de setembro de 2013, assinado pela Telefónica S.A. e os demais acionistas da sociedade italiana TELCO, S.p.A..

Em 4 de dezembro de 2013, o CADE anunciou as seguintes decisões:

- 1) Aprovar sujeito às restrições a seguir, a aquisição pela Telefónica S.A. da totalidade da participação que a Portugal Telecom, SGPS SA e PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, SA (PT) tinham na Brasilcel NV, uma empresa que detinha o controle da empresa de telefonia móvel brasileira Vivo Participações S.A. (Vivo Part.).

A transação já foi aprovada pela ANATEL e o encerramento (que não requeria aprovação prévia do CADE na época) foi realizado imediatamente após a aprovação pela ANATEL, em 27 de setembro de 2010.

Essa decisão do CADE foi concedida sob a condição suspensiva de que:

- a) Um novo acionista da Vivo Part. passe a compartilhar com a Telefónica S.A. o controle da Vivo Part., em condições idênticas às que se aplicavam à PT, quando detinha a participação na Brasilcel NV, ou
 - b) Telefónica S.A. deixe de ter, direta ou indiretamente, uma participação acionária na TIM Participações S.A..
- 2) Impor à Telefónica S.A. uma multa de R\$15 milhões, por violação do espírito e objetivo do acordo que a Telefónica S.A. assinou com o CADE, como condição para a aprovação da operação inicial da aquisição na Telecom Itália em 2007, em virtude da subscrição e integralização pela Telefónica S.A. de ações sem direito a voto na TELCO, S.p.A. em seu recente aumento de capital. Esta decisão também impõe à Telefónica S.A. a obrigação de alienar as ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A..

Notas Explicativas

O calendário para o cumprimento das condições e obrigações impostas pelo CADE em ambas as decisões foi classificado como confidencial por aquele órgão.

Em 13 de dezembro de 2013, a Telefónica S.A. divulgou um fato relevante sobre as duas decisões adotadas pelo CADE em sua reunião de 4 de dezembro de 2013, afirmando que considerou que as medidas impostas não eram razoáveis e, em consequência, está analisando a possibilidade de iniciar ações legais pertinentes.

No mesmo sentido, e com o intuito de reforçar seu firme compromisso com as obrigações previamente assumidas pela Telefónica S.A. de manter-se afastada dos negócios da Telecom Itália no Brasil, a Telefónica S.A. enfatizou, em fato relevante, que o Sr. César Alierta Izuel e o Sr. Julio Linares López haviam decidido renunciar, com efeito imediato, ao posto de Conselheiros da Telecom Itália, e que o Sr. Julio Linares López decidiu renunciar, com efeito imediato, de sua posição na lista apresentada pela TELCO, S.p.A. para a potencial reeleição do Conselho de Administração da Telecom Itália.

Da mesma forma, a Telefónica S.A. informou em fato relevante que, sem prejuízo dos direitos reconhecidos no Acordo de Acionistas da TELCO, S.p.A., havia decidido não exercer, por enquanto, seu direito de nomear ou propor conselheiros da Telecom Itália.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As ITRs da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2014 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Estas ITRs comparam os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 31 de março de 2014 com 31 de dezembro de 2013.

Para a melhor apresentação e comparatividade dos valores das demonstrações de resultados consolidadas para os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, foram efetuadas algumas reclassificações entre os grupos “Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas”, “Despesas com Comercialização”, “Despesas Gerais e Administrativas” e “Outras Despesas Operacionais” para as informações do trimestre findo em 31 de março de 2013, conforme demonstrado a seguir:

	Demonstração de resultados 31.03.13, divulgada em 31.03.13	Reclassificações	Demonstração de resultados 31.03.13, divulgada em 31.03.14
Receita operacional líquida	8.555.484	-	8.555.484
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(4.409.574)	3.112	(4.406.462)
Lucro bruto	4.145.910	3.112	4.149.022
Despesas com comercialização	(2.163.553)	(12.455)	(2.176.008)
Despesas gerais e administrativas	(618.024)	5.495	(612.529)
Outras receitas operacionais	177.514	-	177.514
Outras despesas operacionais	(191.520)	3.848	(187.672)
Resultado de equivalência patrimonial	(446)	-	(446)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras	1.349.881	-	1.349.881
Receitas financeiras	365.120	-	365.120
Despesas financeiras	(381.851)	-	(381.851)
Lucro antes dos tributos	1.333.150	-	1.333.150
Imposto de renda e contribuição social	(522.975)	-	(522.975)
Lucro líquido do exercício	810.175	-	810.175

Notas Explicativas

Em decorrência dos acervos líquidos recebidos no processo de reestruturação societária ocorrida em 1º de julho de 2013 e descrita na nota 1c), as informações individuais de 31 de março de 2014 e 2013 não são comparáveis.

As ITRs individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos são avaliados pelo custo ou valor justo.

As ITRs consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitido pelo IASB e normas estabelecidas pela CVM.

A Diretoria, em reunião realizada em 28 de abril de 2014, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 7 de maio de 2014.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e Controlada foram eliminados.

A seguir, descrevemos algumas informações sobre as empresas investidas em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Telefônica Data S.A. (TData): Subsidiária integral da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a prestação e exploração de serviços de telecomunicações; exploração de serviços de valor adicionado (SVAs); exploração de soluções empresariais integradas em telecomunicações e atividades relacionadas; gestão da prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações, consultoria em soluções de telecomunicações e relacionadas e elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados a telecomunicações; comercialização e locação de equipamentos, produtos e serviços de telecomunicações, de valor adicionado ou quaisquer outros a eles relacionados, prestados ou fornecidos por terceiros; provimento de infraestrutura de telecomunicações para terceiros; gestão e/ou desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, nos termos da legislação vigente; prestação de serviço de intermediação de negócios em geral e prestação de serviço de suporte técnico em informática, incluindo consultoria, instalação e manutenção de bens, programas e serviços, licenciamento e sub-licenciamento de *softwares* de qualquer natureza, armazenamento e gerenciamento de dados e informações.

Aliança Atlântica Holding B.V. (Aliança): Empresa com controle em conjunto, com sede em Amsterdã, Holanda, com participação de 50% da Telefônica Brasil, possui caixa decorrente da venda de ações da Portugal Telecom em junho de 2010. Até 8 de maio de 2012, a Companhia possuía uma participação acionária na Zon Multimédia, empresa do grupo Portugal Telecom que presta serviço de TV por assinatura, *internet*, distribuição de conteúdos audiovisuais, cinema e telecomunicações. Tal participação foi alienada em 8 de maio de 2012.

Companhia AIX de Participações (AIX): Empresa com controle em conjunto, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

Notas Explicativas

Companhia ACT de Participações (ACT): Empresa com controle em conjunto, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

A seguir apresentamos a relação das empresas controladas, entidades controladas em conjunto e o percentual de participação acionária, em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Investidas	Participação direta		Participação Total
	Investidora	Participação	
<u>Subsidiária integral</u>			
TData	Telefônica Brasil	100,00%	100,00%
<u>Entidades controladas em conjunto, não consolidadas</u>			
Aliança	Telefônica Brasil	50,00%	50,00%
AIX	Telefônica Brasil	50,00%	50,00%
ACT	Telefônica Brasil	50,00%	50,00%

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, descritos a seguir:

Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): As revisões entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A aplicação destas revisões não causa impactos na posição financeira da Companhia, uma vez que nenhuma de suas controladas se qualifica como entidade de investimento.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão do IAS 32: Essas revisões esclarecem o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passaram a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A aplicação dessas revisões não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Revisão do IAS 36: Essas revisões removem consequências não intencionais da IFRS 13 *Mensuração do Valor Justo* sobre as divulgações exigidas pelo IAS 36. Além disso, essas alterações exigem a divulgação dos valores recuperáveis dos ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs) para as quais tenha sido reconhecida uma perda por não recuperabilidade (*impairment*) durante o período. A aplicação dessas revisões não causa impactos nas divulgações da Companhia.

IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A aplicação desta revisão não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

Notas Explicativas

IFRIC 21 Tributos: A IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A aplicação desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

Na data de elaboração destas ITRs, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações: Estas alterações mudaram as definições relativas às condições de aquisição e sua aplicação é efetiva a partir de 1º de julho de 2014. A Companhia não espera que estas alterações possam impactar significativamente sua posição financeira.

IFRS 3 Combinação de Negócios: Estas alterações mudaram a contabilização de contraprestação contingente em combinação de negócios. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Estas alterações são efetivas para novas combinações de negócios a partir de 1º julho de 2014. A Companhia irá considerar a aplicação destas alterações para qualquer combinação de negócios que ocorrer após 1º de julho de 2014.

IFRS 8 Operação por Segmento: As mudanças estão relacionadas com a agregação de segmentos operacionais, que podem ser combinados / agregados se eles estão de acordo com o princípio fundamental da norma, ou seja, se os segmentos têm características econômicas semelhantes e se forem semelhantes em outros aspectos qualitativos. Se eles são combinados, a entidade deve divulgar as características econômicas utilizadas para avaliar se os segmentos são semelhantes. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º julho de 2014. Considerando o fato de que a Companhia e sua controlada operam em um único segmento operacional, não é esperado impacto significativo em sua posição financeira.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição do IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo: A alteração é prospectiva a partir 1º de julho de 2014. A mudança está relacionada com a aplicação da exceção do portfolio de ativos financeiros, passivos financeiros e outros contratos. A Companhia e sua controlada irão avaliar o efeito da aplicação das novas operações após 1º de julho de 2014.

Notas Explicativas

IAS 16 Ativo Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis: A alteração ao IAS 16.35 (a) e IAS 38.80 (a) esclarece que a reavaliação pode ser feita da seguinte forma: i) ajustar a quantia escriturada bruta do ativo ao valor de mercado ou, ii) determinar o valor de mercado e ajustar a quantia escriturada bruta proporcionalmente, de modo que a quantia escriturada resultante seja igual ao valor de mercado. O IASB também esclareceu que a depreciação / amortização acumulada é a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor contábil do ativo (ou seja, valor escriturado bruto - depreciação / amortização acumulada = valor contábil). A alteração ao IAS 16.35 (b) e IAS 38.80 (b) esclarece que a depreciação / amortização acumulada é eliminada de modo que a quantia escriturada bruta e valor contábil seja igual ao valor de mercado. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. A aplicação destas alterações não tem impacto sobre a situação financeira ou operacional da Companhia de sua controlada no momento. Considerando que a reavaliação de ativo imobilizado e ativos intangíveis não é permitida no Brasil, a Companhia não espera impacto em sua posição financeira.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas: A alteração esclarece que uma entidade de gestão de outra entidade que fornece profissional-chave para prestação de serviços de gestão é um tema relacionado às divulgações de partes relacionadas. Além disso, uma entidade que utiliza uma entidade de gestão deve divulgar as despesas incorridas por serviços de gestão. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. A Companhia não espera que estas alterações causem impactos relevantes em sua posição financeira.

IAS 40 Propriedades de Investimento: Esta alteração esclarece a relação entre as definições da IFRS 3 e IAS 40 na classificação da propriedade como propriedade para investimento ou propriedades ocupadas pelo proprietário. A descrição de serviços auxiliares no IAS 40 que diferencia entre propriedades de investimento e proprietário do imóvel ocupado (IFRS 3) é usada para determinar se a operação é a compra de um ativo ou de uma combinação de negócios. Esta alteração passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2014 de forma prospectiva. A Companhia irá avaliar qualquer impacto possível no caso de transação que ocorrerem após a data de vigência.

A Companhia não adota antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas que não seja de aplicação obrigatória ainda.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Caixa e contas bancárias	39.934	101.094	46.785	101.921
Aplicações financeiras	3.840.973	6.210.205	4.497.736	6.442.015
Total	3.880.907	6.311.299	4.544.521	6.543.936

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Adicionalmente, a Companhia possui aplicações financeiras em garantia a empréstimos e processos judiciais nos montantes consolidados de R\$108.365 em 31 de março de 2014 (R\$106.455 em 31 de dezembro de 2013), registradas no ativo não circulante.

Notas Explicativas**4. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Valores faturados	4.305.631	4.084.617	4.766.175	4.581.188
Valores a faturar	1.792.276	1.777.871	1.906.815	1.890.485
Valores de interconexão	869.346	872.678	854.069	859.894
Contas a receber bruto	6.967.253	6.735.166	7.527.059	7.331.567
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.095.581)	(1.033.665)	(1.346.258)	(1.271.622)
Total	5.871.672	5.701.501	6.180.801	6.059.945
Circulante	5.702.497	5.541.023	5.914.608	5.802.859
Não circulante	169.175	160.478	266.193	257.086

A seguir apresentamos análise dos valores a receber líquidos da provisão para redução ao valor recuperável, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
A vencer	4.250.267	4.131.549	4.509.933	4.398.791
Vencidas – 1 a 30 dias	827.949	756.787	849.879	795.389
Vencidas – 31 a 60 dias	293.589	266.192	300.264	289.783
Vencidas – 61 a 90 dias	188.552	162.436	193.406	166.105
Vencidas – 91 a 120 dias	77.427	59.244	83.167	62.122
Vencidas – mais de 120 dias	233.888	325.293	244.152	347.755
Total	5.871.672	5.701.501	6.180.801	6.059.945

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

A seguir demonstramos as movimentações da provisão para redução ao valor recuperável:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	(1.033.665)	(1.271.622)
Ingressos, líquidos (nota 23)	(196.448)	(207.860)
Baixas	134.532	133.224
Saldo em 31.03.14	(1.095.581)	(1.346.258)

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado das contas a receber não circulante, inclui R\$169.175 (R\$160.478 em 31 de dezembro de 2013), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 31 de março de 2014, o valor das receitas financeiras não reconhecidas (ajuste a valor presente) era de R\$19.688 (R\$18.174 em 31 de dezembro de 2013).

A TData possui o produto “Soluciona TI” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado das contas a receber não circulante, inclui R\$97.018 (R\$96.608 em 31 de dezembro de 2013) relacionado a este produto.

O saldo consolidado das contas a receber, circulante e não circulante, referente ao arrendamento mercantil financeiro mencionado acima, contempla os seguintes efeitos:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31.03.14	31.12.13
Valor nominal a receber	338.505	335.376
Receita financeira não realizada	6.478	7.058
Valor presente a receber	344.983	342.434
Provisão para redução ao valor recuperável	(103.866)	(99.791)
Valor líquido a receber	241.117	242.643
Circulante	144.099	146.035
Não circulante	97.018	96.608

O cronograma de vencimentos das contas a receber do produto “Soluciona TI” em 31 de março de 2014 é como segue:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	241.487	241.487
A vencer até cinco anos	97.018	103.496
Total	338.505	344.983

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Materiais para consumo	61.394	55.431	63.705	58.492
Materiais para revenda (a)	521.528	459.949	555.852	498.803
Outros estoques	6.457	6.481	6.457	6.481
Total bruto	589.379	521.861	626.014	563.776
Provisão para redução ao valor realizável e obsolescência	(54.374)	(52.275)	(61.773)	(58.161)
Total	535.005	469.586	564.241	505.615

(a) Contempla, entre outros, estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática.

A seguir, demonstramos a movimentação da provisão para redução ao valor realizável e para obsolescência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	(52.275)	(58.161)
Adições	(5.823)	(7.336)
Reversões	3.724	3.724
Saldo em 31.03.14	(54.374)	(61.773)

Os valores da provisão para redução ao valor realizável e obsolescência estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 23).

Notas Explicativas

6. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

6.1 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
ICMS (a)	1.966.267	1.908.754	1.969.642	1.911.703
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (b)	268.189	374.096	272.441	377.704
Impostos e contribuições retidos na fonte (c)	61.833	174.015	77.483	188.659
PIS e COFINS	69.055	62.449	70.730	63.816
Outros	25.356	17.871	28.511	18.468
Total	2.390.700	2.537.185	2.418.807	2.560.350
Circulante	1.968.530	2.168.797	1.996.637	2.191.962
Não circulante	422.170	368.388	422.170	368.388

- (a) Inclui os créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses), em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram canceladas posteriormente, na prestação de serviços, substituição tributária, diferencial de alíquota, entre outros.
- (b) Refere-se principalmente a antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (c) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

6.2 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Ativo diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa (a)	31.930	122.321	145.842	262.915
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis	1.395.838	1.322.244	1.400.983	1.327.288
Planos de benefícios pós emprego	146.462	143.537	146.462	143.537
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	255.007	241.203	260.610	245.556
Provisão para perdas de modens e outros ativos imobilizados	173.883	164.518	175.798	166.174
Participação nos resultados	37.104	71.287	37.311	71.948
Depreciação acelerada contábil	149.709	154.181	149.709	154.181
Provisão para redução ao valor realizável dos estoques	11.209	10.884	13.725	12.885
Provisão para programa de fidelização	31.188	31.199	31.188	31.199
Fornecedores e outras provisões	417.858	338.458	489.821	398.956
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	155.272	157.988	154.445	157.313
Total do ativo diferido	2.805.460	2.757.820	3.005.894	2.971.952

Notas Explicativas

Passivo diferido				
Crédito fiscal incorporado (b)	(337.535)	(337.535)	(337.535)	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Lei da Inovação tecnológica	(290.880)	(308.490)	(290.880)	(308.490)
Carteira de clientes	(440.742)	(461.870)	(440.742)	(461.870)
Marcas e patentes	(472.391)	(479.548)	(472.391)	(479.548)
Licença	(799.756)	(719.780)	(799.756)	(719.780)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(605.138)	(568.338)	(605.138)	(568.338)
Ágios da Vivo Part.	(533.739)	(480.366)	(533.739)	(480.366)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(110.660)	(124.527)	(112.923)	(128.365)
Total do passivo diferido	(3.590.841)	(3.480.454)	(3.593.104)	(3.484.292)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(785.381)	(722.634)	(587.210)	(512.340)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido				
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:				
Ativo diferido líquido, não circulante	-	-	198.171	210.294
Passivo diferido líquido, não circulante	(785.381)	(722.634)	(785.381)	(722.634)

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

- Prejuízo fiscal e base negativa:** representa o montante registrado, pela Companhia e Controlada, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.
- Crédito fiscal incorporado:** representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.
- IR e CS sobre diferenças temporárias:** a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

A seguir demonstramos as movimentações do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora			Consolidado		
	IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa	IR e CS sobre diferenças temporárias	Total	IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa	IR e CS sobre diferenças temporárias	Total
Ativo Diferido						
Saldo em 31.12.13	122.321	2.635.499	2.757.820	262.915	2.709.037	2.971.952
Constituição	-	182.266	182.266	-	193.003	193.003
Baixas e realizações	(90.391)	(44.235)	(134.626)	(117.073)	(41.988)	(159.061)
Saldo em 31.03.14	31.930	2.773.530	2.805.460	145.842	2.860.052	3.005.894
Passivo Diferido						
Saldo em 31.12.13				(3.480.454)		(3.484.292)
Constituição				(169.898)		(169.898)
Baixas e realizações				59.762		61.337
Resultados abrangentes				(251)		(251)
Saldo em 31.03.14				(3.590.841)		(3.593.104)

O quadro a seguir apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido em 31 de março de 2014 e 2013.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Perdas não realizadas em investimentos disponíveis para venda	440	3.997	440	3.997
Perdas atuariais e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários	-	-	-	221
Ganhos (perdas) com operações de derivativos	(691)	-	(691)	1.518
Total	(251)	3.997	(251)	5.736

Notas Explicativas

7. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Depósitos judiciais				
Trabalhista	1.040.625	1.030.468	1.046.279	1.036.055
Tributário	2.459.881	2.348.179	2.476.954	2.364.913
Cível e regulatório	880.488	852.972	881.577	853.980
Total	4.380.994	4.231.619	4.404.810	4.254.948
Bloqueios judiciais	105.590	96.130	107.004	97.572
Total	4.486.584	4.327.749	4.511.814	4.352.520
Circulante	219.758	204.165	219.758	204.165
Não Circulante	4.266.826	4.123.584	4.292.056	4.148.355

Em 31 março de 2014, a Companhia e Controlada mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$2.476.954 (R\$2.364.913 em 31 de dezembro de 2013). Na nota 18, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Companhia e Controlada estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTFs); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$31.588 (R\$31.162 em 31 de dezembro de 2013).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$146.840 (R\$144.684 em 31 de dezembro de 2013).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radioenlaces, por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. A Companhia e Controlada questionam em âmbito judicial a referida taxa.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$880.022 (R\$864.487 em 31 de dezembro de 2013).

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte (operadoras fixas); (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio (operadoras móveis); e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$60.279 (R\$59.343 em 31 de dezembro de 2013).

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SIEF); e (iii) recolhimento a menor do IRPJ.

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$28.925 (R\$28.456 em 31 de dezembro de 2013).

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e Controlada, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$632.491 (R\$514.127 em 31 de dezembro de 2013).

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Verbas para Terceiros (INSS)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; e (ii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%).

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$97.893 (R\$96.736 em 31 de dezembro de 2013).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

A Companhia está envolvida em discussão judicial cujo objeto visa a declaração do não recolhimento dos adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados).

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$72.062 (R\$70.697 em 31 de dezembro de 2013).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

A Companhia está envolvida em discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal (REFIS), com a utilização do depósito judicial ora vinculado. Atualmente, aguarda-se conversão em renda pela União Federal.

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$52.381 (R\$51.648 em 31 de dezembro de 2013).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

A Companhia e Controlada ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e de exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST nas operadoras fixas, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$379.480 (R\$371.373 em 31 de dezembro de 2013).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; e (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago.

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$38.167 (R\$38.259 em 31 de dezembro de 2013).

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL.

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$56.826 (R\$93.941 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Taxa fistel (a)	799.844	-	799.844	-
Propaganda e publicidade	142.068	167.873	142.068	167.873
Alugueis	22.305	35.168	22.305	35.168
Seguros	22.363	29.212	23.820	29.733
Encargos financeiros	8.559	11.568	8.559	11.568
Manutenção de <i>software</i> , tributos e outras	47.846	35.801	50.244	38.308
Total	1.042.985	279.622	1.046.840	282.650
Circulante	1.017.072	254.743	1.020.583	257.286
Não Circulante	25.913	24.879	26.257	25.364

(a) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento referentes ao exercício de 2013 que foram pagos em março de 2014 e serão amortizados até o final do exercício.

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Adiantamentos a empregados e fornecedores	91.692	64.101	92.816	64.991
Créditos com partes relacionadas	482.015	297.198	114.711	97.748
Subsídio na venda de aparelhos celulares	23.885	55.716	23.885	55.716
Crédito com fornecedores	74.909	139.563	88.330	139.563
Superávit plano de pensão	18.490	17.769	18.633	17.909
Outros valores a realizar	93.727	86.492	94.669	92.037
Total	784.718	660.839	433.044	467.964
Circulante	639.897	533.272	288.003	340.171
Não Circulante	144.821	127.567	145.041	127.793

10. INVESTIMENTOS

A seguir demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas da Companhia.

a) Informações das investidas

	Em 31 de março de 2014				Em 31 de dezembro de 2013			
	TData (a)	ACT (b)	AIX (b)	Aliança Atlântica (b)	TData (a)	ACT (b)	AIX (b)	Aliança Atlântica (b)
Ativo								
Circulante	1.385.714	11	10.696	131.825	1.090.339	11	10.515	139.414
Não circulante	422.723	-	12.244	-	420.253	-	12.441	-
Total do ativo	1.808.437	11	22.940	131.825	1.510.592	11	22.956	139.414
Passivo								
Circulante	841.901	1	2.776	71	688.480	1	2.950	2.200
Não circulante	43.817	-	4.290	-	43.823	-	6.076	-
Patrimônio líquido	922.719	10	15.874	131.754	778.289	10	13.930	137.214
Total do passivo	1.808.437	11	22.940	131.825	1.510.592	11	22.956	139.414
Participação no patrimônio líquido								
Em 31 de março de 2014	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Em 31 de dezembro de 2013	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%

(a) Subsidiária integral da Companhia

(b) Empresas de controle conjunto

Notas Explicativas

b) Movimentação dos Investimentos

	Saldos em 31.12.13	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Saldos em 31.03.14
Participações	853.866	145.435	(2.763)	996.538
Subsidiária integral	778.289	144.430	-	922.719
TData	778.289	144.430	-	922.719
Entidades controladas em conjunto	75.577	1.005	(2.763)	73.819
Aliança	68.607	33	(2.763)	65.877
AIX	6.965	972	-	7.937
ACT	5	-	-	5
Ágios (a)	212.058	-	-	212.058
Outras participações	10.772	-	(1.295)	9.477
Outros investimentos (b)	10.772	-	(1.295)	9.477
Total de investimentos na controladora	1.076.696	145.435	(4.058)	1.218.073
Aliança	68.607	33	(2.763)	65.877
AIX	6.965	972	-	7.937
ACT	5	-	-	5
Outros investimentos (b)	10.772	-	(1.295)	9.477
Total de investimentos no consolidado	86.349	1.005	(4.058)	83.296

(a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006..

(b) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

11. IMOBILIZADO LÍQUIDO

a) Composição

Em 31 de março de 2014

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	16.623.459	(14.310.337)	2.313.122	16.630.688	(14.317.261)	2.313.427
Equipamentos e meios de transmissão	34.732.642	(26.179.814)	8.552.828	34.733.296	(26.180.246)	8.553.050
Equipamentos terminais/modens	10.101.249	(8.635.381)	1.465.868	10.133.728	(8.655.960)	1.477.768
Infraestrutura	13.087.527	(9.640.251)	3.447.276	13.098.406	(9.648.979)	3.449.427
Terrenos	314.558	-	314.558	314.558	-	314.558
Outros ativos imobilizados	3.195.736	(2.612.087)	583.649	3.329.284	(2.713.794)	615.490
Provisões para perda	(164.651)	-	(164.651)	(166.654)	-	(166.654)
Bens e instalações em andamento	1.691.919	-	1.691.919	1.717.279	-	1.717.279
Total	79.582.439	(61.377.870)	18.204.569	79.790.585	(61.516.240)	18.274.345

Em 31 de dezembro de 2013

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	16.544.122	(14.179.182)	2.364.940	16.551.351	(14.186.061)	2.365.290
Equipamentos e meios de transmissão	34.246.583	(25.814.277)	8.432.306	34.247.236	(25.814.693)	8.432.543
Equipamentos terminais/modens	10.732.328	(9.276.479)	1.455.849	10.763.473	(9.295.416)	1.468.057
Infraestrutura	12.949.046	(9.482.838)	3.466.208	12.959.925	(9.491.430)	3.468.495
Terrenos	314.558	-	314.558	314.558	-	314.558
Outros ativos imobilizados	3.181.239	(2.582.931)	598.308	3.277.142	(2.682.185)	594.957
Provisões para perda	(168.124)	-	(168.124)	(169.979)	-	(169.979)
Bens e instalações em andamento	1.913.860	-	1.913.860	1.967.726	-	1.967.726
Total	79.713.612	(61.335.707)	18.377.905	79.911.432	(61.469.785)	18.441.647

Notas Explicativas

b) Movimentação

Controladora									
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Provisões para perda (a)	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos em 31.12.13	2.364.940	8.432.306	1.455.849	3.466.208	314.558	598.308	(168.124)	1.913.860	18.377.905
Adições	3.470	18.369	52.741	12.910	-	25.828	-	765.739	879.057
Baixas líquidas	(732)	(13.768)	(287)	(878)	-	(625)	3.473	(4.166)	(16.983)
Depreciação (b)	(141.641)	(400.759)	(213.294)	(169.275)	-	(50.054)	-	-	(975.023)
Transferências líquidas	87.085	516.680	170.859	138.311	-	10.192	-	(983.514)	(60.387)
Saldos em 31.03.14	2.313.122	8.552.828	1.465.868	3.447.276	314.558	583.649	(164.651)	1.691.919	18.204.569

Consolidado									
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Provisões para perda (a)	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos em 31.12.13	2.365.290	8.432.543	1.468.057	3.468.495	314.558	594.957	(169.979)	1.967.726	18.441.647
Adições	3.470	18.369	54.075	12.910	-	35.620	-	755.078	879.522
Baixas líquidas	(732)	(13.764)	(287)	(878)	-	(625)	3.325	(4.166)	(17.127)
Depreciação (b)	(141.684)	(400.780)	(214.937)	(169.412)	-	(52.507)	-	-	(979.320)
Transferências líquidas	87.083	516.682	170.860	138.312	-	38.045	-	(1.001.359)	(50.377)
Saldos em 31.03.14	2.313.427	8.553.050	1.477.768	3.449.427	314.558	615.490	(166.654)	1.717.279	18.274.345

- (a) A Companhia e Controlada reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (b) As adições dos custos e despesas de depreciação estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" na nota 23.

c) Taxas de depreciação

Os ativos imobilizados da Companhia e Controlada são depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Equipamentos de comutação	10,00 a 33,33
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 20,00
Equipamentos terminais/modems	10,00 a 66,67
Infraestrutura	4,00 a 66,67
Outros ativos imobilizados	10,00 a 20,00

d) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais de R\$170.816 (R\$187.025 em 31 de dezembro de 2013).

e) Capitalização de custos de empréstimos

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não capitalizou custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

f) Bens reversíveis

O contrato de concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de março de 2014, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$7.041.652 (R\$7.270.327 em 31 de dezembro de 2013), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

Notas Explicativas

12. INTANGÍVEL LÍQUIDO

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Ágios	10.013.222	10.013.222	10.225.280	10.225.280
Outros intangíveis	18.981.306	19.273.769	18.985.313	19.277.779
Total	28.994.528	29.286.991	29.210.593	29.503.059

A composição dos ágios em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, é como segue:

Origem	Controladora	Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	9.160.488	9.160.488
Total	10.013.222	10.225.280

- (a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
- (b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
- (c) Ágio gerado na aquisição da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytreet) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
- (d) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Part. ocorrida em 2011.

Em decorrência das incorporações das sociedades relacionadas aos ágios descritos acima, ocorridas em 1º de julho de 2013, os valores dos ágios da controladora foram reclassificados do grupo de “investimentos” para o “intangível, líquido”. Estes ágios são enquadrados como ativos intangíveis com vida útil indefinida e não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas para redução ao valor recuperável. Não houve a necessidade do reconhecimento de perdas para redução ao valor recuperável para os períodos demonstrados acima.

b) Composição de Outros Intangíveis

Em 31 de março de 2014

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	10.595.234	(8.663.832)	1.931.402	10.631.973	(8.696.564)	1.935.409
Carteira de clientes	1.990.278	(693.977)	1.296.301	1.990.278	(693.977)	1.296.301
Marcas e Patentes	1.601.433	(212.032)	1.389.401	1.601.433	(212.032)	1.389.401
Licença	17.279.538	(2.954.040)	14.325.498	17.279.538	(2.954.040)	14.325.498
Outros ativos intangíveis	152.026	(151.781)	245	152.026	(151.781)	245
Softwares em andamento	38.459	-	38.459	38.459	-	38.459
Total	31.656.968	(12.675.662)	18.981.306	31.693.707	(12.708.394)	18.985.313

Em 31 de dezembro de 2013

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	10.458.207	(8.474.583)	1.983.624	10.494.388	(8.506.754)	1.987.634
Carteira de clientes	1.990.278	(631.836)	1.358.442	1.990.278	(631.836)	1.358.442
Marcas e Patentes	1.601.433	(190.980)	1.410.453	1.601.433	(190.980)	1.410.453
Licença	17.238.795	(2.764.229)	14.474.566	17.238.795	(2.764.229)	14.474.566
Outros ativos intangíveis	152.026	(151.690)	336	152.026	(151.690)	336
Softwares em andamento	46.348	-	46.348	46.348	-	46.348
Total	31.487.087	(12.213.318)	19.273.769	31.523.268	(12.245.489)	19.277.779

Notas Explicativas**c) Movimentação de Outros Intangíveis**

	Controladora						Total
	Softwares	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Licença	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
Saldos em 31.12.13	1.983.624	1.358.442	1.410.453	14.474.566	336	46.348	19.273.769
Adições	67.532	-	-	-	-	53.426	120.958
Baixas líquidas	(124)	-	-	-	-	-	(124)
Amortização (a)	(190.579)	(62.141)	(21.052)	(189.811)	(91)	-	(463.674)
Transferências líquidas	70.949	-	-	40.743	-	(61.315)	50.377
Saldos em 31.03.14	1.931.402	1.296.301	1.389.401	14.325.498	245	38.459	18.981.306

	Consolidado						Total
	Softwares	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Licença	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
Saldos em 31.12.13	1.987.634	1.358.442	1.410.453	14.474.566	336	46.348	19.277.779
Adições	68.090	-	-	-	-	53.426	121.516
Baixas líquidas	(125)	-	-	-	-	-	(125)
Amortização (a)	(191.139)	(62.141)	(21.052)	(189.811)	(91)	-	(464.234)
Transferências líquidas	70.949	-	-	40.743	-	(61.315)	50.377
Saldos em 31.03.14	1.935.409	1.296.301	1.389.401	14.325.498	245	38.459	18.985.313

(a) As adições dos custos e despesas de amortização estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" na nota 23.

d) Taxas de amortização

Os outros ativos intangíveis da Companhia e Controlada são amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

Softwares	10,00 a 20,00
Carteira de clientes	11,76
Marcas e patentes	5,13
Licenças	3,60 a 6,67
Outros ativos intangíveis	10,00 a 20,00

13. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Salários e remunerações	17.753	20.384	18.449	21.124
Encargos e benefícios sociais	240.617	226.448	242.321	228.099
Participação de empregados nos resultados	82.144	180.235	82.752	182.180
Planos de remuneração baseados em ações (a)	14.601	18.698	14.601	18.698
Total	355.115	445.765	358.123	450.101
Circulante	340.514	427.067	343.522	431.403
Não circulante	14.601	18.698	14.601	18.698

(a) Os montantes do passivo não circulante referem-se aos saldos dos planos de remuneração de ações, nota 30.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Fornecedores diversos	5.441.461	6.050.031	5.642.492	6.328.081
Valores a repassar	323.948	473.550	204.546	160.552
Interconexão / Interligação	402.499	425.376	402.499	425.376
Total	6.167.908	6.948.957	6.249.537	6.914.009

Notas Explicativas

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Tributos sobre a renda	48.474	846	75.589	22.893
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	48.474	846	75.589	22.893
Tributos indiretos	1.342.702	1.320.511	1.369.427	1.367.345
ICMS	1.008.058	992.600	1.007.251	992.813
PIS e COFINS	179.680	195.660	201.534	235.573
Fust e Funttel	32.528	35.982	32.528	35.982
ISS, CIDE e outros tributos	122.436	96.269	128.114	102.977
Total	1.391.176	1.321.357	1.445.016	1.390.238
Circulante	1.289.931	1.269.105	1.320.943	1.315.164
Não circulante	101.245	52.252	124.073	75.074

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, ARRENDAMENTO FINANCEIRO E DEBÊNTURES

16.1 – Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro estão apresentados a valor justo, quando aplicável.

	Informações em 31 de março de 2014			Controladora/Consolidado	
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	31.03.14	31.12.13
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+ 0% a 9%	15/06/20	2.247.980	2.441.897
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	494.847	505.525
Financiamento – BNDES	R\$	2,5% a 8,7%	15/01/21	235.475	171.683
Empréstimo – Mediocrédito	US\$			-	3.547
Empréstimos – BEI	US\$	4,18% a 4,47%	02/03/15	853.435	885.176
Financiamento – BNB	R\$	10,00%	30/10/16	199.233	224.958
Comissão BBVA		0,43%	28/02/15	252	276
Arrendamento Financeiro	R\$		31/08/33	219.076	218.878
Total				4.250.298	4.451.940
Circulante				1.845.626	1.236.784
Não circulante				2.404.672	3.215.156

(a) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.

(b) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.

(c) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

Empréstimos e Financiamentos

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- Em outubro de 2007 foi aprovado um crédito para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES.
- Em agosto de 2007 foi contratada uma linha de financiamento no montante de R\$1.530.459. Os recursos foram liberados com a finalidade de financiar projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e em 31 de dezembro de 2011 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência.

Notas Explicativas

- Em 14 de outubro de 2011 foi contratada uma linha de financiamento no montante de R\$3.031.110, readequada em 2013 para R\$2.152.098 para contemplar novas negociações de linhas e modalidades de crédito com o banco. Os recursos desta linha foram destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

O contrato tem prazo total de oito anos, com um período de carência que vence em 15 de julho de 2014, quando serão pagos somente os juros trimestralmente. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

Como dois dos cinco sub créditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48%), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES foi ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultando em um saldo até 31 de março de 2014 de R\$35.128 (R\$19.950 em 31 de dezembro de 2013).

Até 31 de março de 2014 foram liberados R\$2.059.717 (R\$2.059.717 até 31 de dezembro de 2013).

- Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento no montante de até R\$319.927 através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Os recursos foram utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES, e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 foi cancelado.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultando em um saldo até 31 de março de 2014 de R\$17.463 (R\$18.745 em 31 de dezembro de 2013).

- Em novembro de 2010 e em março de 2011 foram aprovadas linhas de financiamento no montante total de R\$41.950. Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovados mais R\$9.493, com o prazo de 36 meses, sendo 6 meses de carência de principal que foram totalmente liberados de acordo com a comprovação de realização de investimentos. Até 31 de março de 2014 foram liberados R\$51.443 (R\$51.443 em 31 de dezembro de 2013).

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. e 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em um saldo até 31 de março de 2014 de R\$1.565 (R\$1.858 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

- Em dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento no montante de R\$5.417 através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Em 31 de março de 2014 o saldo era de R\$1.660 (R\$1.720 em 31 de dezembro de 2013). Por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 31 de março de 2014 em R\$275 (R\$287 em 31 de dezembro de 2013).
- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento nos montantes de R\$21.783 e R\$331.698, respectivamente, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal que serão liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. Até 31 de março de 2014, foram liberados R\$105.607 (R\$18.184 em 31 de dezembro de 2013).
- Em 1º de agosto de 2013, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R\$4.030, com taxa de 3,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal, que serão liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. Até 31 de março de 2014, foram liberados R\$4.030 (R\$4.030 em 31 de dezembro de 2013).

Médiocrédito

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e *Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine (Mediocredito Centrale)* no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Em fevereiro de 2014, este contrato foi totalmente quitado pela Companhia.

Banco Europeu de Investimentos - BEI

Foi contratada uma linha de financiamento no montante de €250 milhões (equivalente a US\$365 milhões na data da contratação). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.

Banco do Nordeste – BNB

Em 29 de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2008, foram contratadas linhas de financiamento nos montantes de R\$247.240 e R\$389.000, respectivamente. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. Os contratos têm prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia obtém os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Notas Explicativas

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, relacionados a: i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro; ii) aluguel de equipamentos de informática e; iii) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão decorrentes do projeto de construção conjunta com outra operadora, baseado em rede óptica associada à rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao *backbone* nacional da Companhia. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

O saldo consolidado dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contempla os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	31.03.14	31.12.13
Valor nominal a pagar	683.214	646.159
Despesa financeira não realizada	(464.138)	(427.281)
Valor presente a pagar	219.076	218.878
Circulante	25.636	19.342
Não circulante	193.440	199.536

O cronograma consolidado dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 31 de março de 2014 é como segue:

	Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	29.175	25.636
Mais de um ano até cinco anos	99.579	68.886
Mais de cinco anos	554.460	124.554
Total	683.214	219.076

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o trimestre findo em 31 de março de 2014.

16.2 – Debêntures

	Informações em 31 de março de 2014			Controladora/Consolidado	
	Moeda	Encargos	Vencimento	31.03.14	31.12.13
Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2	R\$	106,00% a 106,8% do CDI	15/10/15	767.396	748.233
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R\$	IPCA+7,00%	15/10/14	98.537	95.351
Debêntures (1ª emissão) – Minas Comunica	R\$	IPCA+0,50%	05/07/21	78.567	76.722
Debêntures (3ª emissão)	R\$	100,00% do CDI + 0,75%	10/09/17	2.012.888	2.060.444
Debêntures (4ª emissão)	R\$	100,00% do CDI + 0,68%	25/04/18	1.356.853	1.322.900
Custo de emissões	R\$			(1.895)	(2.035)
Total				4.312.346	4.301.615
Circulante				295.675	286.929
Não circulante				4.016.671	4.014.686

Notas Explicativas

Debêntures 4ª Emissão – Séries 1, 2 e 3

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais. Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo com o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de “*Bookbuilding*”.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais e para reforço do seu capital de giro.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da Companhia a 106,00% do CDI e de acordo com as outras condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$4.850 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

Os custos de transação associados a estas emissões, cujo montante em 31 de março de 2014 era de R\$38 (R\$55 em 31 de dezembro de 2013), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2014.

Em 31 de março de 2013 o saldo total era de R\$865.933 (R\$843.584 em 31 de dezembro de 2013).

Debêntures 1ª Emissão – Minas Comunica

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38 seria viabilizado.

Ainda de acordo com o programa, seriam emitidas 5.550 debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Notas Explicativas

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais.

Em 31 de março de 2014 o saldo era de R\$78.567 (R\$76.722 em 31 de dezembro de 2013).

Debêntures 3ª Emissão - Captação pela Companhia

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R\$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R\$2 bilhões, realizada nos termos da Instrução CVM nº476 de 16 de janeiro de 2009, distribuição pública com esforços restritos.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para: (i) investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (4G), especificamente para liquidar o preço da autorização do leilão 4G; e (ii) na manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 31 de março de 2014 era de R\$727 (R\$780 em 31 de dezembro de 2013), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 31 de março de 2014 o saldo total era de R\$2.012.888 (R\$2.060.444 em 31 de dezembro de 2013).

Debêntures 4ª Emissão - Captação pela Companhia

Em 11 de abril de 2013 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no valor entre R\$ 1,3 bilhão, como forma de garantir a liquidez da Companhia para compromissos futuros.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão serão integralmente utilizados para amortização de dívidas futuras, ao Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Notas Explicativas

Foram emitidas 130.000 (cento e trinta mil) debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R\$10.000,00 (dez mil reais). As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da respectiva data da emissão, 25 de abril de 2013, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, "extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (CETIP), acrescida de um *spread* equivalente a 0,68% (sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (Remuneração). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O Banco Itaú BBA S.A. foi o coordenador líder. Os custos de transação associados a esta emissão em 31 de março de 2014 eram de R\$1.130 (R\$1.200 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de março de 2014 o saldo total era de R\$1.356.853 (R\$1.322.900 em 31 de dezembro de 2013).

16.3 – Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures em 31 de março de 2014 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora / Consolidado
2015	1.118.647
2016	538.443
2017	2.494.506
2018	1.807.240
2019	304.616
2020 em diante	157.891
Total	6.421.343

16.4 – Cláusulas Restritivas

A Companhia possui empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 31 de março de 2014 era de R\$2.739.449 (R\$2.943.462 em 31 de dezembro de 2013). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, séries 1, 2 e 3, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de março de 2014 era de R\$865.895 (R\$843.530 em 31 de dezembro de 2013), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 3ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de março de 2014 era de R\$2.012.161 (R\$2.059.664 em 31 de dezembro de 2013), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

Notas Explicativas

As debêntures da 4ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de março de 2014 era de R\$1.355.723 (R\$1.321.700 em 31 de dezembro de 2013), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures do Programa Minas Comunica, cujo saldo em 31 de março de 2014 era de R\$78.567 (R\$76.722 em 31 de dezembro de 2013), possuem cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados nos quadros das notas 16.1 e 16.2, respectivamente, possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants*, descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

16.5 - Garantias

Em 31 de março de 2014, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme quadro a seguir:

Bancos	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R\$1.767.320 (URTJLP) R\$494.847 (UMBND) R\$235.475 (PSI)	<ul style="list-style-type: none"> Contrato (2007) R\$128.566: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior. Contrato (PSI) R\$235.475: alienação dos ativos financiados. Contrato (2011) R\$2.133.601: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior.
Banco Europeu de Investimento – BEI	R\$853.435	<ul style="list-style-type: none"> Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R\$199.233	<ul style="list-style-type: none"> Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência.

16.6 – Movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro.

	Controladora/Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro
Saldo em 31.12.13	4.233.062	4.301.615	218.878
Ingressos	87.422	-	-
Encargos financeiros	51.821	107.180	837
Atualização monetária e cambial	(46.346)	3.701	-
Baixas (pagamentos)	(294.737)	(100.150)	(639)
Saldo em 31.03.14	4.031.222	4.312.346	219.076

Notas Explicativas**17. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)**

A seguir, demonstramos os saldos a receber e a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio.

a) Composição dos saldos a receber:

	Controladora		Consolidado
	31.03.14	31.12.13	31.12.13
Aliança	-	1.140	1.140
TData	59.206	59.206	-
Total	59.206	60.346	1.140

b) Movimentação dos saldos a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	60.346	1.140
Recebimentos de dividendos e JSCP	(1.140)	(1.140)
Saldo em 31.03.14	59.206	-

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de investidas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

c) Composição dos saldos a pagar:

	Controladora/Consolidado	
	31.03.14	31.12.13
Telefônica Internacional S.A.	-	192.990
SP Telecomunicações Participações Ltda	-	121.135
Telefônica S.A.	-	159.590
Telefônica Chile S.A.	-	382
Acionistas não controladores	609.582	713.459
Total	609.582	1.187.556

d) Movimentação dos saldos a pagar:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.13	1.187.556
Dividendos complementares de 2013	1.043.000
Pagamentos de dividendos e JSCP	(1.620.974)
Saldo em 31.03.14	609.582

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

Notas Explicativas

18. PROVISÕES

a) Composição/Movimentação:

	Controladora					
	Provisões para demandas judiciais					Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desmobilização (b)	
Saldos em 31.12.13	988.180	2.133.934	970.403	275.677	235.998	4.604.192
Ingressos	42.999	151.391	100.741	-	6.803	301.934
Baixas por pagamento	(32.769)	(35.636)	(23.440)	-	-	(91.845)
Baixas por reversão	(8.520)	(19.689)	(25.144)	(9.230)	(6.437)	(69.020)
Atualização monetária	9.899	37.759	33.184	4.565	-	85.407
Saldos em 31.03.14	999.789	2.267.759	1.055.744	271.012	236.364	4.830.668
Em 31 de março de 2014						
Circulante	92.015	-	516.331	-	-	608.346
Não circulante	907.774	2.267.759	539.413	271.012	236.364	4.222.322
Em 31 de dezembro de 2013						
Circulante	92.712	-	468.691	-	-	561.403
Não circulante	895.468	2.133.934	501.712	275.677	235.998	4.042.789
	Consolidado					
	Provisões para demandas judiciais					Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desmobilização (b)	
Saldos em 31.12.13	988.180	2.148.800	970.403	275.677	240.753	4.623.813
Ingressos	42.999	151.404	100.741	-	6.803	301.947
Baixas por pagamento	(32.769)	(35.636)	(23.440)	-	-	(91.845)
Baixas por reversão	(8.520)	(19.689)	(25.144)	(9.230)	(6.437)	(69.020)
Atualização monetária	9.899	38.022	33.184	4.565	-	85.670
Saldos em 31.03.14	999.789	2.282.901	1.055.744	271.012	241.119	4.850.565
Em 31 de março de 2014						
Circulante	92.015	-	516.331	-	-	608.346
Não circulante	907.774	2.282.901	539.413	271.012	241.119	4.242.219
Em 31 de dezembro de 2013						
Circulante	92.712	-	468.691	-	-	561.403
Não circulante	895.468	2.148.800	501.712	275.677	240.753	4.062.410

- (a) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações S.A., em 2011.
- (b) Referem-se aos custos a serem incorridos na necessidade de ter que se devolverem aos proprietários os *sites* (localidades destinadas a instalações de rádios base, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e a Controlada respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e Controlada, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

18.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Provisões prováveis	999.789	988.180	999.789	988.180
Contingências possíveis	330.636	313.536	330.636	313.536

Notas Explicativas

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (PAMA), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

18.2 Provisões e Contingências Tributárias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Provisões prováveis	2.267.759	2.133.934	2.282.901	2.148.800
Federais	2.186.054	2.027.232	2.201.196	2.042.098
Estaduais	64.181	91.923	64.181	91.923
Municipais	17.524	14.779	17.524	14.779
Contingências possíveis	16.317.839	16.080.392	16.467.760	16.246.407
Federais	3.868.182	3.904.297	3.879.522	3.913.929
Estaduais	7.147.380	7.007.705	7.209.605	7.088.859
Municipais	629.132	579.556	630.452	580.853
Anatel	4.673.145	4.588.834	4.748.181	4.662.766

Notas Explicativas

Provisões tributárias prováveis

Tributos Federais

Em 31 de março de 2014, a Companhia ou Controlada mantém discussões administrativas e judiciais relativas à (i) contribuições adicionais ao FGTS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados); (ii) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela Companhia; (iii) contribuições sociais referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais e faturas recebidas de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iv) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) fixas: não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST e móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST; (vi) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vii) Taxas Fistel (TFI e TFF) sobre estações móveis; (viii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (ix) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (x) IRPJ/PIS/COFINS decorrentes da não homologação de pedidos de compensações/restituição formulados pela Companhia e Controlada; (xi) compensação de FINSOCIAL; (xii) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xiii) COFINS, exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xiv) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (xv) Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL).

Em 31 de março de 2014, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$2.201.196 (R\$2.042.098 em 31 de dezembro de 2013).

Tributos Estaduais

Em 31 de março de 2014, a Companhia ou Controlada mantém discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; e (iv) multa administrativa ambiental.

Em 31 de março de 2014, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$64.181 (R\$91.923 em 31 de dezembro de 2013).

Tributos Municipais

Em 31 de março de 2014, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável.

As referidas ações versam sobre: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização (TVCF).

Em 31 de março de 2014, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$17.524 (R\$14.779 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

Contingências tributárias possíveis

Tributos Federais

Em 31 de março de 2014, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) PIS incidente sobre *roaming*; (v) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central do Brasil; (vi) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (vii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (viii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (ix) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (x) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; e (xi) IRPJ sobre operações com derivativos; (xii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo S.A. (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) e ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree e TDBH.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de março de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$3.879.522 (R\$3.913.929 em 31 de dezembro de 2013).

Tributos Estaduais

Em 31 de março de 2014, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Notas Explicativas

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem* Speedy; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) crédito indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) consumo próprio; (xxi) isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo; e (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de março de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$7.209.605 (R\$7.088.859 em 31 de dezembro de 2013).

Tributos Municipais

Em 31 de março de 2014, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e complementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel (TUM) e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional (TISA); (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; e (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de março de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$630.452 (R\$580.853 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

Mandados de Segurança impetrados, separadamente, pelas operadoras fixas e móveis para reconhecimento do direito de: Fixas: não inclusão das despesas de interconexão e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de março de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$2.224.653 (R\$2.185.034 em 31 de dezembro de 2013).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)

Em 31 de março de 2014, a Companhia e Controlada mantém ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de março de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$673.828 (R\$664.386 em 31 de dezembro de 2013).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (operadoras fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (operadoras móveis), a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia questiona em âmbito judicial a referida taxa.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de março de 2014, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$1.847.426 (R\$1.811.104 em 31 de dezembro de 2013), sem o respectivo depósito judicial.

Notas Explicativas

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração (PPNUM)

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de março de 2014, o valor consolidado envolvido totalizava R\$2.274 (R\$2.242 em 31 de dezembro de 2013).

18.3 Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
<u>Natureza/Grau de Risco</u>				
Provisões prováveis	1.055.744	970.403	1.055.744	970.403
Cíveis	642.009	599.868	642.009	599.868
Regulatórias	413.735	370.535	413.735	370.535
Contingências possíveis	3.512.055	3.366.707	3.512.055	3.366.707
Cíveis	1.781.889	1.681.450	1.781.889	1.681.450
Regulatórias	1.730.166	1.685.257	1.730.166	1.685.257

Provisões cíveis prováveis

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável em 31 de março de 2014 foi provisionado o montante consolidado de R\$39.086 (R\$37.191 em 31 de dezembro de 2013).
- A Companhia é parte em demandas de natureza cível, nas esferas administrativa e judicial que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços. Estas demandas são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores, PROCON, bem como Ministérios Público Estadual e Federal. De igual modo, a Companhia também figura como demandadas, ou demandantes, em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas daquelas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de março de 2014, foi provisionado o montante consolidado de R\$507.924 (R\$469.149 em 31 de dezembro de 2013).
- A Companhia é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente, não são consideradas relevantes, tendo como base para análise da provisão, a estatística da média histórica de pagamentos para ações semelhantes. Em 31 de março de 2014, foi provisionado o montante consolidado de R\$94.999 (R\$93.528 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

Provisões regulatórias prováveis

A Companhia figura como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. A avaliação de perda destes processos é provável tendo sido constituídas provisões em 31 de março de 2014 no montante consolidado de R\$413.735 (R\$370.535 em 31 de dezembro de 2013).

Contingências cíveis possíveis

- Plano Comunitário de Telefonia (PCT): Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R\$295.377 em 31 de março de 2014 (R\$281.059 em 31 de dezembro de 2013). Este processo foi considerado como de risco de perda possível pelos consultores jurídicos. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.
- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada síntese, restabelecimento ao “*status quo*” anterior. O processo está ainda em fase recursal, em fase de decisão de 2º grau que modificou sentença de improcedência. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilícitos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (FENAPAS), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilícitos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

Notas Explicativas

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante consolidado de R\$1.472.993 em 31 de março de 2014 (R\$1.383.932 em 31 de dezembro de 2013) e, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do SAC. Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais), para as quais a análise do grau de risco de perda possível efetuada pelos consultores jurídicos representa em 31 de março de 2014 um montante consolidado de R\$13.519 (R\$16.459 em 31 de dezembro de 2013) e, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (Lune), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (Bina), com multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável é possível. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

Notas Explicativas

- Validade de plano pré-pago: A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria. Apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL, acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável com relação a esta afirmação é possível, exceto para ações coletivas contra a Telemig, para as quais a probabilidade de um resultado desfavorável em relação a esta alegação é considerada remota, também com base na opinião de consultores jurídicos.

Contingências regulatórias possíveis

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível em 31 de março de 2014 no montante consolidado de R\$1.730.166 (R\$1.685.257 em 31 de dezembro de 2013).
- Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

18.4 Garantias

Em 31 de março de 2014, a Companhia e Controlada concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	170.816	4.511.814	2.343.037
Total	170.816	4.511.814	2.343.037

Em 31 de março de 2014, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e Controlada possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$52.454 (R\$46.451 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

19. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Receita de habilitação (a)	108.702	114.503	113.374	120.521
Serviços e mercadorias (b)	697.409	673.810	697.409	673.810
Alienação de ativos imobilizados (c)	125.214	123.063	125.214	123.063
Subvenções governamentais (d)	54.431	40.840	54.431	40.840
Programa de fidelização (e)	91.729	91.763	91.729	91.763
Doações de equipamentos (f)	9.937	11.076	9.937	11.076
Outras receitas	11.145	10.139	11.145	10.139
Total	1.098.567	1.065.194	1.103.239	1.071.212
Circulante	844.683	812.843	848.397	817.551
Não circulante	253.884	252.351	254.842	253.661

- a) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.
- b) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.
- c) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- d) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSI), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.
- e) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	jan/00
Retenções de terceiros	110.003	231.784	112.239	236.510
Valores a restituir a assinantes	48.282	52.418	52.364	56.746
Obrigações com partes relacionadas	282.653	257.519	107.296	105.164
Ônus de renovação de licenças	193.178	154.211	193.178	154.211
Outros credores	55.327	50.916	59.059	56.275
Total	689.443	746.848	524.136	608.906
Circulante	533.498	602.195	400.139	487.994
Não circulante	155.945	144.653	123.997	120.912

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social realizado em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Notas Explicativas

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria	%, exceto ações em tesouraria
Telefônica Internacional S.A.	58.859.918	15,43%	271.707.098	36,52%	330.567.016	29,37%	29,43%
Telefônica S.A.	97.976.194	25,68%	179.862.845	24,17%	277.839.039	24,68%	24,73%
SP Telecomunicações Participações Ltda	192.595.149	50,47%	29.042.853	3,90%	221.638.002	19,69%	19,73%
Telefônica Chile S.A.	696.110	0,18%	11.792	0,00%	707.902	0,06%	0,06%
Total de empresas do grupo	350.127.371	91,76%	480.624.588	64,60%	830.751.959	73,81%	73,96%
Outros acionistas	31.208.300	8,18%	261.308.985	35,12%	292.517.285	25,99%	26,04%
Total de ações em circulação	381.335.671	99,93%	741.933.573	99,72%	1.123.269.244	99,79%	100,00%
Ações em tesouraria	251.440	0,07%	2.081.246	0,28%	2.332.686	0,21%	0,00%
Total de ações	381.587.111	100,00%	744.014.819	100,00%	1.125.601.930	100,00%	100,00%
Valor Patrimonial por ação em circulação							
Em 31 de março de 2014						37,84	
Em 31 de dezembro de 2013						38,19	

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

b) Prêmio Pago na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R (IFRS 10 a partir de 2013)/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O processo de aquisição das participações dos acionistas não controladores de subsidiárias da Companhia resultou no montante de R\$40.519, registrado nesta rubrica. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$70.448.

c) Reservas de Capital

Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$63.074.

Notas Explicativas

Outras Reservas de Capital

Representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$2.735.930.

Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes dos processos: i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); ii) de incorporação das ações da Vivo Part. (ocorrido em 2011); e iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$112.107.

d) Reservas de Lucro

Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$1.285.797.

Reserva para Incentivos Fiscais

Esta reserva refere-se ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima.

Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$1.699.

e) Dividendos Intermediários e Propostos

Em 25 de fevereiro de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de dividendos no montante de R\$1.043.000, com base nos lucros existentes no balanço do 4º trimestre de 2013, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se acharem inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 10 de março de 2014, inclusive. O pagamento desses dividendos teve início em 27 de março de 2014.

Dividendos Prescritos

Prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início de pagamento, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas, conforme artigo 287, inciso II, item "a" da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. A Companhia reverte o valor de dividendos prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

f) Outros Resultados Abrangentes

- Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda. O saldo em 31 de março de 2014 era de (R\$5.421) e (R\$2.658 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

- Operações com derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço. O saldo em 31 de março de 2014 era de R\$7.951 (R\$6.610 em 31 de dezembro de 2013).
- Diferença de conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas estrangeiras. O saldo em 31 de março de 2014 era de R\$12.042 (R\$12.897 em 31 de dezembro de 2013).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes para o período de três meses findo em 31 de março de 2014.

	Consolidado			
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Operações com derivativos	Diferença de conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.13	(2.658)	6.610	12.897	16.849
Variação cambial	(2.763)	-	-	(2.763)
Contratos de futuros	-	1.341	-	1.341
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(855)	(855)
Saldos em 31.03.14	(5.421)	7.951	12.042	14.572

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de 2014	1º trimestre de 2013	1º trimestre de 2014	1º trimestre de 2013
Serviço de telefonia	6.558.317	2.754.289	6.558.304	6.549.458
Uso de rede	786.932	334.361	786.932	1.056.267
Dados e SVAs	3.899.967	1.352.625	4.318.705	3.854.114
Serviços de TV	157.982	-	157.982	153.999
Outros serviços (a)	244.249	183.082	303.980	322.350
Venda de mercadorias e aparelhos	818.907	-	862.603	888.588
Receita operacional bruta	12.466.354	4.624.357	12.988.506	12.824.776
Tributos	(2.995.997)	(1.006.057)	(3.098.334)	(3.118.953)
Descontos e devoluções	(1.276.308)	(468.329)	(1.278.242)	(1.150.339)
Deduções da receita operacional bruta	(4.272.305)	(1.474.386)	(4.376.576)	(4.269.292)
Receita operacional líquida	8.194.049	3.149.971	8.611.930	8.555.484

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013 foram de R\$35.185 e R\$16.778, respectivamente (nota 23).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	1º trimestre de 2014				1º trimestre de 2013			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(107.810)	(370.667)	(124.557)	(603.034)	(68.594)	(110.398)	(96.974)	(275.966)
Materiais	(9.369)	(13.145)	(367)	(22.881)	(10.845)	(250)	(669)	(11.764)
Serviços de terceiros	(815.644)	(1.402.172)	(172.887)	(2.390.703)	(449.237)	(431.429)	(61.104)	(941.770)
Interconexão e uso de rede	(873.060)	-	-	(873.060)	(839.130)	-	-	(839.130)
Publicidade e propaganda	-	(203.035)	-	(203.035)	-	(21.816)	-	(21.816)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(368.247)	(30.603)	(49.331)	(448.181)	(106.311)	(2.533)	(9.306)	(118.150)
Impostos, taxas e contribuições	(431.246)	(719)	(27.377)	(459.342)	(55.561)	(1.256)	(2.156)	(58.973)
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(196.448)	-	(196.448)	-	(80.152)	-	(80.152)
Depreciação e amortização	(1.100.806)	(234.193)	(103.698)	(1.438.697)	(535.598)	(119.815)	(12.996)	(668.409)
Custo das mercadorias vendidas	(488.099)	-	-	(488.099)	-	-	-	-
Outros custos e despesas operacionais	(919)	(32.515)	(9.234)	(42.668)	(62)	(5.217)	874	(4.405)
Total	(4.195.200)	(2.483.497)	(487.451)	(7.166.148)	(2.065.338)	(772.866)	(182.331)	(3.020.535)

	Consolidado							
	1º trimestre de 2014				1º trimestre de 2013			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(114.023)	(370.667)	(124.564)	(609.254)	(134.765)	(341.130)	(217.588)	(693.483)
Materiais	(10.119)	(13.145)	(367)	(23.631)	(12.918)	(8.473)	(2.056)	(23.447)
Serviços de terceiros	(983.025)	(1.417.276)	(173.215)	(2.573.516)	(885.657)	(1.178.599)	(209.185)	(2.273.441)
Interconexão e uso de rede	(864.764)	-	-	(864.764)	(950.756)	-	-	(950.756)
Publicidade e propaganda	-	(203.035)	-	(203.035)	-	(160.736)	-	(160.736)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(369.564)	(30.603)	(49.348)	(449.515)	(356.197)	(32.849)	(41.547)	(430.593)
Impostos, taxas e contribuições	(436.215)	(719)	(27.476)	(464.410)	(439.198)	(2.009)	(21.250)	(462.457)
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(207.860)	-	(207.860)	-	(203.086)	-	(203.086)
Depreciação e amortização	(1.105.596)	(234.193)	(103.765)	(1.443.554)	(1.062.973)	(219.296)	(115.007)	(1.397.276)
Custo das mercadorias vendidas	(511.843)	-	-	(511.843)	(559.743)	-	-	(559.743)
Outros custos e despesas operacionais	(1.195)	(32.515)	(9.234)	(42.944)	(4.255)	(29.830)	(5.896)	(39.981)
Total	(4.396.344)	(2.510.013)	(487.969)	(7.394.326)	(4.406.462)	(2.176.008)	(612.529)	(7.194.999)

(a) Os montantes de contratos de swap de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013 foram de R\$35.185 e R\$16.778, respectivamente (nota 22).

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de 2014	1º trimestre de 2013	1º trimestre de 2014	1º trimestre de 2013
	Multas e despesas recuperadas	93.694	36.001	108.816
Provisões desmobilização de ativos, trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(195.240)	(95.846)	(195.970)	(145.519)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	(12.886)	57.196	(14.546)	54.126
Outras receitas (despesas)	3.663	(991)	3.385	(4.299)
Total	(110.769)	(3.640)	(98.315)	(10.158)
Outras receitas operacionais	114.176	102.466	129.296	158.188
Outras despesas operacionais	(224.945)	(106.106)	(227.611)	(168.346)
Total	(110.769)	(3.640)	(98.315)	(10.158)

Notas Explicativas

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de 2014	1º trimestre de 2013	1º trimestre de 2014	1º trimestre de 2013
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	149.708	51.349	160.431	117.801
Ganho com operações de derivativos	141.469	8.683	141.469	47.845
Juros ativos	32.783	23.503	32.861	84.555
Variações monetárias/cambiais ativas	162.537	16.647	162.959	75.242
Outras receitas financeiras	34.820	11.254	40.293	39.677
	521.317	111.436	538.013	365.120
Despesas financeiras				
Juros passivos	(208.572)	(95.329)	(208.949)	(180.906)
Perdas com operações de derivativos	(214.420)	(19.749)	(214.420)	(97.347)
Variações monetárias/cambiais passivas	(140.960)	(41.245)	(140.527)	(71.721)
Outras despesas financeiras	(62.297)	(10.419)	(62.447)	(31.877)
	(626.249)	(166.742)	(626.343)	(381.851)
Resultado financeiro, líquido	(104.932)	(55.306)	(88.330)	(16.731)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e Controlada provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 31 de março de 2014 e 2013.

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de 2014	1º trimestre de 2013	1º trimestre de 2014	1º trimestre de 2013
Lucro antes dos tributos	957.635	865.857	1.031.964	1.333.150
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(325.596)	(294.391)	(350.868)	(453.271)
Diferenças permanentes e temporárias				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos	49.448	270.425	342	(151)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(26.089)	(1.989)	(26.089)	(18.247)
Tributos diferidos não reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	(35.023)
Outras (adições) exclusões	5.372	(29.727)	5.421	(16.283)
Despesa tributária	(296.865)	(55.682)	(371.194)	(522.975)
Taxa efetiva	31%	6%	36%	39%
IRPJ e CSLL corrente	(234.369)	-	(296.575)	(279.529)
IRPJ e CSLL diferido	(62.496)	(55.682)	(74.619)	(243.446)

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 6.2.

27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação nos períodos. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes a potenciais emissões de ações.

Notas Explicativas

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013:

	Controladora	
	1º trimestre de 2014	1º trimestre de 2013
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	660.770	810.175
Ordinárias	210.424	258.003
Preferenciais	450.346	552.172
Número de Ações:	1.123.269	1.123.269
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	381.336	381.336
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	741.933	741.933
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	0,55	0,68
Ações preferenciais	0,61	0,74

28. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

28.a) Termos e condições de transações com partes relacionadas:

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel: serviços de telecomunicações fixa e móvel prestados as empresas do Grupo da Telefónica;
- b) Gastos repercutidos: são repassados à Companhia pela Media Networks Latino América e Telefónica Del Peru;
- c) Serviços de TV digital: prestados pela Media Networks Latino América;
- d) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança: prestados pela Telefônica Engenharia e Segurança do Brasil;
- e) Serviços corporativos: são repassados, pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- f) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas: prestados pela Telefónica Global Technology;
- g) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão: prestados pela Telefónica International Wholesale Brasil, Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica Usa;
- h) Serviços de gestão administrativa: serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil;
- i) Serviços de operador logístico, mensageria e motoboy: prestados pela Telefônica Transportes e Logística;
- j) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz: prestados pela Terra Networks Brasil;
- k) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas: prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica Usa;
- l) Serviços de chamada de longa distância e de roaming internacional: prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- m) Reembolso de despesas: são provenientes de honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;

Notas Explicativas

- n) Brand Fee: cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefônica;
- o) Plano de ações: plano de ações aos empregados da Companhia e TData, vinculado à aquisição de ações da Telefônica S.A.;
- p) Cost Sharing Agreement (CSA): reembolso de gastos referentes ao negócio digital para a Telefônica Internacional; e
- q) Aluguel de prédios: aluguel de prédios próprios onde está instalada a Telefônica Serviços Empresariais do Brasil e Telefônica Transportes e Logística;

Para as transações acima, os preços praticados e demais condições comerciais são acordados em contratos entre as partes.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

		Balanco Patrimonial - Ativo					
		31.03.14			31.12.13		
		Ativo circulante		Ativo não circulante	Ativo circulante		Ativo não circulante
Natureza da transação	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	m)	37	214	5.244	28	183	6.717
Telefônica Internacional	m)	-	154	52.873	-	154	38.386
Telefônica	m) / o)	-	865	179	-	1.361	179
		<u>37</u>	<u>1.233</u>	<u>58.296</u>	<u>28</u>	<u>1.698</u>	<u>45.282</u>
Outras empresas do grupo							
Telefônica Usa	k)	2.020	-	-	2.612	-	-
Telefônica Chile	l)	-	4.644	-	-	4.808	-
Telefônica de Espanha	l)	-	-	-	230	-	-
Telefônica Peru	b) / l)	1.647	-	-	1.573	-	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / e) / m)	1.169	1.973	434	1.320	1.903	472
Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil	a) / e) / m)	9.099	155	399	6.966	139	344
Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha	k)	35.769	-	-	48.267	-	-
Telefônica Moviles Espanha	l)	7.618	-	-	6.335	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / e) / m) / q)	2.713	15.391	2.844	2.579	15.284	2.837
Telefônica Transportes e Logística	a) / e) / m) / q)	331	126	80	530	146	64
Terra Networks Brasil	a) / e) / m)	3.195	5.524	493	2.561	5.682	106
Outras	a) / e) / l)	23.920	5.237	17.882	25.352	5.372	13.611
		<u>87.481</u>	<u>33.050</u>	<u>22.132</u>	<u>98.325</u>	<u>33.334</u>	<u>17.434</u>
Total		<u>87.518</u>	<u>34.283</u>	<u>80.428</u>	<u>98.353</u>	<u>35.032</u>	<u>62.716</u>

		Balanco Patrimonial - Passivo					
		31.03.14			31.12.13		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	e) / m)	8.002	-	6.581	50.120	-	6.483
Telefônica Internacional	m) / p)	207.381	-	-	214.523	-	-
Telefônica	n)	2.180	80.899	2.220	1.772	84.754	2.035
		<u>217.563</u>	<u>80.899</u>	<u>8.801</u>	<u>266.415</u>	<u>84.754</u>	<u>8.518</u>
Outras empresas do grupo							
Telefônica Usa	g)	716	42	121	716	31	121
Telefônica Chile	l)	-	-	-	-	-	-
Telefônica de Espanha	l)	10	-	-	441	-	-
Telefônica Peru	l)	-	-	-	-	-	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	d)	2.298	-	8	3.550	-	8
Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil	g)	109.739	1.214	378	75.485	-	391
Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha	i) / l)	8.541	14.490	-	17.842	9.986	-
Telefônica Moviles Espanha	l)	6.094	-	-	5.468	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	h) / m)	9.807	24	-	11.701	36	-
Telefônica Transportes e Logística	i)	30.980	1	270	25.163	1	270
Terra Networks Brasil	j)	871	-	266	883	-	266
Outras	c) / f) / l)	53.702	168	614	49.281	146	636
		<u>222.758</u>	<u>15.939</u>	<u>1.657</u>	<u>190.530</u>	<u>10.200</u>	<u>1.692</u>
Total		<u>440.321</u>	<u>96.838</u>	<u>10.458</u>	<u>456.945</u>	<u>94.954</u>	<u>10.210</u>

Notas Explicativas

Empresas	Natureza da transação	Demonstração dos Resultados - Receitas (Custos e Despesas)			
		1º trimestre de 2014		1º trimestre de 2013	
		Receitas	Custos e Despesas	Receitas	Custos e Despesas
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	e) / m)	-	(5.872)	-	(17.078)
Telefónica Internacional	m) / p)	-	21.094	-	(558)
Telefónica	m) / n)	3.610	(87.430)	2.139	(34.688)
		<u>3.610</u>	<u>(72.208)</u>	<u>2.139</u>	<u>(52.324)</u>
Outras empresas do grupo					
Telefónica Usa	g) / k)	571	(88)	621	(156)
Telefónica Chile	l)	-	(164)	-	-
Telefónica de España	l)	-	(59)	817	(700)
Telefónica Del Peru	b) / l)	-	181	-	(227)
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / d) / e) / m)	470	(2.119)	601	(1.483)
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / e) / g) / m)	2.988	(43.976)	1.663	(30.303)
Telefónica International Wholesale Services Espanha	g) / k) / l)	9.128	(10.409)	6.062	(4.340)
Telefónica Mviles España	l)	544	(518)	356	(4.570)
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / e) / h) / m) / q)	978	(13.767)	1.815	(20.713)
Telefónica Transportes e Logística	a) / e) / i) / m) / q)	298	(21.781)	224	(20.499)
Terra Networks Brasil	a) / g) / j) / m)	1.385	618	1.027	(1.061)
Outras	a) / c) / e) / f) / l)	3.084	(6.944)	3.247	(523)
		<u>19.446</u>	<u>(99.026)</u>	<u>16.433</u>	<u>(84.575)</u>
Total		<u>23.056</u>	<u>(171.234)</u>	<u>18.572</u>	<u>(136.899)</u>

28.b) Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013 foi de aproximadamente R\$5.625 e R\$16.525, respectivamente. Destes montantes, R\$4.388 (R\$15.313 em 31 de março de 2013) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$1.237 (R\$1.212 em 31 de março de 2013) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal, de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 23).

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

29. SEGUROS

A política da Companhia e Controlada, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Limites máximos de indenização
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	605.700
Responsabilidade civil geral (RCG)	21.160

Notas Explicativas

30. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica S.A., mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e TData.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia reembolsa à Telefónica S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão detalhados a seguir:

a) Plano de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Performance Share Plan (PSP)*

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 21 de junho de 2006, aprovou a aplicação de um plano de incentivos de longo prazo dirigido aos executivos da Telefónica S.A, e de suas controladas, que consiste na entrega aos participantes selecionados para esta finalidade, após cumprimento dos requisitos necessários fixados no mesmo plano, de um determinado número de ações da Telefónica S.A., como remuneração variável.

A duração total inicialmente prevista do plano é de sete anos. O plano está dividido em cinco ciclos, de três anos de duração cada um, iniciando-se cada um deles em 1º de julho (“Data de Início”) e finalizando em 30 de junho do terceiro ano seguinte à Data de Início (“Data de Finalização”). No início de cada ciclo será determinado o número de ações que será objeto de entrega aos beneficiários do plano em função do grau de cumprimento dos objetivos fixados. Essa entrega ocorrerá, conforme o caso, uma vez transcorrida a Data de Finalização de cada ciclo. Os ciclos são independentes entre si, começando o primeiro ciclo em 1º de julho de 2006 (com entrega de ações em 1º de julho de 2009), e o quinto ciclo em 1º de julho de 2010 (com entrega de ações, conforme o caso, a partir de 1º de julho de 2013).

A entrega das ações está condicionada:

- À permanência na empresa durante os três anos de duração de cada ciclo, sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número concreto de ações a serem entregues ao final de cada ciclo dependerá do nível de êxito e do número máximo de ações atribuído a cada executivo. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return - TSR*) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs correspondentes a um conjunto de sociedades cotadas do setor de telecomunicações que constitui o Grupo de Comparação. A cada empregado inscrito no plano é atribuído no início de cada ciclo um número máximo de ações, e o número concreto de ações que serão entregues no final do ciclo é obtido multiplicando esse número máximo pelo nível de êxito alcançado nessa data. Este será 100% caso a evolução do TSR da Telefónica seja igual ou superior ao do terceiro quartil do Grupo de Comparação, e de 30% caso essa evolução seja igual à mediana. Caso a evolução se mantenha entre ambos os valores será feita uma interpolação linear, e caso seja inferior à mediana nada será entregue.

Em 30 de junho de 2013 ocorreu o vencimento do quinto ciclo deste plano de incentivos (5º ciclo – 1º de julho de 2010). Devido ao não atingimento do mínimo estabelecido no programa para o TSR, não foram entregues ações aos executivos.

Notas Explicativas

b) Plano Performance & Investment Plan (PIP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica S.A.. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1º de julho de 2011 e se estenderá até 30 de junho de 2014. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a:

- manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo;
- atingir por parte da Telefónica, resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano: o nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, obtido através (TSR), em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido:
 - serão entregues 100% das ações se o TSR da Telefónica S.A superar o TSR das empresas que representem 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
 - serão entregues 30% das ações se o TSR da Telefónica S.A ficar no mesmo nível ou acima do TSR das empresas que representam 50% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
 - determinado por interpolação linear caso o TSR da Telefónica S.A esteja entre 50% e 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
 - não serão entregues ações se o TSR da Telefónica S.A ficar abaixo do TSR das empresas que representem 50% da capitalização na bolsa de valores de Grupo de Comparação.

O número máximo de ações atribuído nos três primeiros ciclos em aberto em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é o seguinte:

<u>Ciclos</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor unitário em Euros</u>	<u>Data da finalização</u>
1º ciclo 1º de julho de 2011	380.663	8,28	30 de junho de 2014
2º ciclo 1º de julho de 2012	672.675	8,28	30 de junho de 2015
3º ciclo 1º de julho de 2013	477.010	10,39	30 de junho de 2016

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: Global Employee Share Plan (GESP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica S.A. dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Telefônica Brasil e Controlada. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica S.A. com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

Notas Explicativas

A duração total inicialmente prevista do plano foi de dois anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefônica S.A. mediante contribuições mensais de até 100 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.200 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra). A entrega de ações ocorrerá, conforme o caso, após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 1º de dezembro de 2014, e está condicionada:

- À permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito dependerá do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuem no Grupo, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

O período de compra foi iniciado em novembro de 2012 e o número total de empregados da Telefônica Brasil e Controlada inscritos no plano totaliza 1.839.

A Companhia e Controlada registraram as seguintes despesas de pessoal referentes aos planos de remuneração baseados em ações para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013, conforme segue:

<u>Planos</u>	<u>1º trimestre de 2014</u>	<u>1º trimestre de 2013</u>
PSP	-	349
PIP	2.467	2.958
GESP	603	544
Total	3.070	3.851

31. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

<u>Plano</u>	<u>Tipo ⁽¹⁾</u>	<u>Entidade</u>	<u>Patrocinador</u>
PBS-A	BD	Sistel	Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Assistência Médica	Sistel	Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Telefonica Data

⁽¹⁾ BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos como contribuições definidas.

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) CTB; iv) PBS-Telefônica, PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; v) Plano TCP Prev, TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular – Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular.

Notas Explicativas

A Companhia patrocina, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev. A Companhia participa, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme segue:

<u>Plano</u>	<u>%</u>
PBS Telesp	12,07
PBS Telesp Celular	13,22
PBS Tele Sudeste Celular	12,08
PBS Telemig Celular	24,79
PAMA	1,50

Para os demais empregados da Companhia e Controlada, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Companhia e Controlada são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e Controlada para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário dos participantes, e de 0% a 8% do salário para os participantes do plano Vivo Prev, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

A Companhia também patrocina o CelPrev. O participante pode fazer três tipos de contribuições ao plano, sendo: (a) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário de participação; (b) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário de participação que for maior que 10 Unidades de Referência Padrão do Plano; e (c) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário de participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (a) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (b) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (c) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (d) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CelPrev.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros sobre o passivo atuarial líquido são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e Controlada.

Notas Explicativas

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de superávits por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e Controlada.

O passivo atuarial registrado pela Companhia e Controlada em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é o seguinte:

Plano	31.03.14	31.12.13
CTB	49.099	49.158
PAMA	329.854	321.193
Total	378.953	370.351

Para os planos superavitários, os ativos atuariais líquidos foram registrados pela Companhia e suas controladas em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, no grupo de outros ativos (nota 9).

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e Controlada procederam uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros consolidados em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de março de 2014:

	Consolidado							
	Valor justo			Custo amortizado		Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado			
Ativos Financeiros								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	-	-	-	4.544.521	-	-	4.544.521	4.544.521
Contas a receber, líquidas (nota 4)	-	-	-	5.914.608	-	-	5.914.608	5.914.608
Operações com derivativos (nota 32)	3.111	262.477	-	-	-	265.588	265.588	265.588
Não Circulante								
Contas a receber, líquidas (nota 4)	-	-	-	266.193	-	-	266.193	266.193
Participações societárias (nota 10)	-	-	83.296	-	83.296	-	83.296	83.296
Operações com derivativos (nota 32)	-	110.434	-	-	-	110.434	110.434	110.434
Total de ativos financeiros	3.111	372.911	83.296	10.725.322	83.296	376.022	11.184.640	11.184.640

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 14)	-	6.249.537	-	-	6.249.537	6.249.537
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1)	-	1.845.626	-	-	1.845.626	2.005.023
Debêntures (nota 16.2)	-	295.675	-	-	295.675	620.096
Operações com derivativos (nota 32)	7.535	-	41.066	48.601	48.601	48.601
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1)	-	2.404.672	-	-	2.404.672	2.123.152
Debêntures (nota 16.2)	-	4.016.671	-	-	4.016.671	3.674.928
Operações com derivativos (nota 32)	-	-	32.311	32.311	32.311	32.311
Total de passivos financeiros	7.535	14.812.181	73.377	80.912	14.893.093	14.753.648

Em 31 de dezembro de 2013:

	Consolidado							
	Valor justo		Custo amortizado		Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis				
Ativos Financeiros								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	-	-	-	6.543.936	-	-	6.543.936	6.543.936
Contas a receber, líquidas (nota 4)	-	-	-	5.802.859	-	-	5.802.859	5.802.859
Operações com derivativos (nota 32)	893	88.606	-	-	-	89.499	89.499	89.499
Não Circulante								
Contas a receber, líquidas (nota 4)	-	-	-	257.086	-	-	257.086	257.086
Participações societárias (nota 10)	-	-	86.349	-	86.349	-	86.349	86.349
Operações com derivativos (nota 32)	-	329.652	-	-	-	329.652	329.652	329.652
Total de ativos financeiros	893	418.258	86.349	12.603.881	86.349	419.151	13.109.381	13.109.381

	Consolidado					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 14)	-	6.914.009	-	-	6.914.009	6.914.009
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1)	-	1.236.784	-	-	1.236.784	1.417.911
Debêntures (nota 16.2)	-	286.929	-	-	286.929	588.116
Operações com derivativos (nota 32)	871	-	43.592	44.463	44.463	44.463
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1)	-	3.215.156	-	-	3.215.156	2.923.290
Debêntures (nota 16.2)	-	4.014.686	-	-	4.014.686	3.698.203
Operações com derivativos (nota 32)	-	-	24.807	24.807	24.807	24.807
Total de passivos financeiros	871	15.667.564	68.399	69.270	15.736.834	15.610.799

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e Controlada é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e Controlada administram sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia e Controlada podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o período de três meses findo em 31 de março de 2014, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e Controlada incluem na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota 16) operações com derivativos, deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 3) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

Notas Explicativas

Política de Gestão de Riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2014, 15,7% (15,9% em 31 de dezembro de 2013) da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira. A Companhia contrata operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.348.534 e R\$1.394.523 em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$35.288 mil e €10.463 mil a pagar em 31 de março de 2014 e US\$34.500 mil e €2.490 mil a pagar em 31 de dezembro de 2013) para minimizar seus riscos cambiais.

b. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que se manteve em 6,0% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012. De julho a dezembro de 2012, a TJLP foi de 5,5% a.a. e foi reduzida para 5,0% a.a. a partir de janeiro de 2013.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia investe o excesso de disponibilidade de R\$4.497.736 (R\$6.442.015 em 31 de dezembro de 2013), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

Notas Explicativas

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 16, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a carteira de clientes da Companhia não apresentava registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia atua controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

Notas Explicativas

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting*.

A Companhia firmou contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Os contratos de derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

Descrição	Indexador	Consolidado					
		Valor de referência		Valor justo		Efeito acumulado	
		31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13	Valor a receber (a pagar)	
						31.03.14	31.12.13
Contratos de swaps							
Ponta Ativa							
Moeda estrangeira							
		1.382.109	1.339.265	1.822.813	1.843.347	348.092	393.232
Citibank	US\$	265.938	181.230	316.159	240.175	52.843	62.099
Votorantim	US\$	-	2.464	-	3.547	-	-
Bradesco	US\$	429.608	474.281	564.331	626.463	45.362	50.883
Itaú	US\$	54.749	36.656	53.128	37.182	-	394
JP Morgan	US\$	443.207	443.207	618.732	645.001	182.656	204.720
Bradesco	EUR	-	12.888	-	12.913	-	-
Itaú	EUR	5.574	5.506	5.304	5.481	-	-
Bradesco	LIBOR US\$	179.533	179.533	257.291	264.615	67.231	75.136
Itaú	JPY	3.500	3.500	7.868	7.970	-	-
Taxa pós							
		815.023	736.169	780.603	713.292	4.275	4.438
Bradesco	CDI	-	15.530	-	15.518	-	89
Itaú	CDI	113.449	20.639	113.692	20.769	3.023	-
Citibank	CDI	2.335	-	2.350	-	87	-
HSBC	TJLP	100.000	100.000	94.937	96.715	158	552
Citibank	TJLP	200.000	200.000	189.875	193.430	332	1.233
Santander	TJLP	299.239	300.000	284.812	290.145	517	2.012
Itaú	TJLP	100.000	100.000	94.937	96.715	158	552
Índices de inflação							
		268.991	232.714	294.629	251.282	23.655	21.481
Itaú	IPCA	108.277	72.000	133.964	95.351	22.717	21.159
Santander	IPCA	160.714	160.714	160.665	155.931	938	322
Ponta Passiva							
Taxa pós							
		(2.167.305)	(2.083.238)	(2.224.702)	(2.148.818)	(78.314)	(66.145)
Citibank	CDI	(465.938)	(381.230)	(468.231)	(377.847)	(15.372)	(7.574)
Votorantim	CDI	-	(2.464)	-	(7.335)	-	(3.788)
HSBC	CDI	(100.000)	(100.000)	(99.204)	(98.891)	(4.425)	(2.727)
Bradesco	CDI	(429.608)	(487.169)	(478.336)	(537.975)	(24.143)	(21.932)
Itaú	CDI	(268.600)	(208.454)	(272.210)	(215.479)	(7.752)	(2.855)
Santander	CDI	(459.952)	(460.714)	(461.990)	(456.982)	(17.968)	(13.240)
JP Morgan	CDI	(443.207)	(443.207)	(444.731)	(454.309)	(8.654)	(14.029)
Moeda estrangeira							
		(298.817)	(224.911)	(378.232)	(309.221)	(2.598)	(3.125)
Bradesco	LIBOR US\$	(179.533)	(179.533)	(257.289)	(264.615)	(2.454)	(2.687)
Bradesco	US\$	-	(15.530)	-	(15.429)	-	-
Itaú	EUR	(38.278)	(5.709)	(38.356)	(5.811)	(94)	(65)
Itaú	US\$	(78.671)	(24.139)	(80.324)	(23.366)	(50)	(373)
Citibank	US\$	(2.335)	-	(2.263)	-	-	-
						376.022	419.151
						(80.912)	(69.270)
						295.110	349.881

a) *Swaps* de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R\$1.404.751) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor contábil da dívida financeira de R\$1.348.534).

b) *Swap* de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R\$47.214) – operações de *swaps* contratadas com vencimentos até 29 de maio de 2014, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a receber em Euro e a pagar em Dólar (valor contábil de R\$79.857 em dólar e R\$32.647 em Euro).

Notas Explicativas

c) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$98.537) – operações de *swap* contratadas com vencimento anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo de mercado R\$98.537).

d) *Swap* TJLP x CDI (R\$664.561) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil da dívida financeira de R\$685.285).

e) *Swap* IPCA x CDI (R\$196.091) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (saldo de mercado R\$198.098).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de *swap* em 31 de março de 2014:

Contrato de <i>swap</i>	Vencimento em				Valor a receber (pagar) em 31.03.14
	2014	2015	2016	2017 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	18.148	184.661	16.342	84.262	303.413
Votorantim	-	-	-	-	-
Bradesco	(16.614)	2.005	16.342	84.262	85.995
JP Morgan	(8.654)	182.656	-	-	174.002
Citibank	45.563	-	-	-	45.563
Itaú	(2.147)	-	-	-	(2.147)
CDI x Moeda Estrangeira	3.017	-	-	-	3.017
Itaú	2.930	-	-	-	2.930
Citibank	87	-	-	-	87
FOWARD	(50)	-	-	-	(50)
Itaú	(50)	-	-	-	(50)
TJLP x CDI	(7.577)	(10.242)	(6.315)	(2.896)	(27.030)
Citibank	(2.178)	(2.937)	(1.812)	(834)	(7.761)
HSBC	(1.224)	(1.578)	(979)	(485)	(4.266)
Santander	(2.951)	(4.149)	(2.545)	(1.092)	(10.737)
Itaú	(1.224)	(1.578)	(979)	(485)	(4.266)
IPCA x CDI	22.802	299	198	(7.539)	15.760
Itaú	22.578	39	26	(1.107)	21.536
Santander	224	260	172	(6.432)	(5.776)
Total	36.340	174.718	10.225	73.827	295.110

Para fins de preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI e TJLP x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 31 de março de 2014 foi de R\$2.891 (R\$965 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de março de 2014 e 2013, as operações com derivativos geraram resultados negativos consolidados de R\$72.951 e R\$49.502, respectivamente, conforme nota 25.

Em 31 de março de 2014 temos os saldos consolidados de R\$376.022 registrado no ativo e R\$80.912 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

		Consolidado		
Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	853.435	1.069.359	1.286.326
Dívida em US\$	Dívidas (Risco valorização US\$)	(853.435)	(1.069.359)	(1.286.326)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	(33.053)	(41.323)	(49.587)
Contas a pagar em EUR	Contas a pagar EUR (Risco valorização EUR)	(13.294)	(16.618)	(19.941)
Contas a receber em EUR	Contas a pagar EUR (Risco desvalorização EUR)	45.940	57.425	68.911
	Exposição Líquida	(407)	(516)	(617)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	80.267	100.355	120.457
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(120.284)	(150.355)	(180.426)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	40.226	50.283	60.340
	Exposição Líquida	209	283	371
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	294.629	318.826	349.127
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(294.629)	(318.826)	(349.127)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	543.930	690.011	840.506
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(543.713)	(689.684)	(840.044)
	Exposição Líquida	217	327	462
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	664.561	717.203	769.351
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(664.561)	(717.203)	(769.351)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta CDI)				
Hedge USD (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(629.943)	(629.411)	(628.898)
Hedge USD e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(51.639)	(51.629)	(51.620)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(456.619)	(463.428)	(469.508)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(691.592)	(692.423)	(693.180)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(278.868)	(278.982)	(279.093)
	Exposição líquida	(2.108.661)	(2.115.873)	(2.122.299)
Exposição líquida total em cada cenário		<u>(2.108.642)</u>	<u>(2.115.779)</u>	<u>(2.122.083)</u>
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	<u>(7.137)</u>	<u>(13.441)</u>

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
USD	2,2630	2,82875	3,3945
EUR	3,120224	3,90028	4,680336
JPY	0,02197	0,0274625	0,032955
IPCA	6,07%	7,59%	9,10%
UMBND	4,42%	5,53%	6,63%
URTJLP	1,97408	2,4676	2,96112
CDI	10,55%	13,19%	15,83%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de março de 2014, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Notas Explicativas

33. COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUEIS)

A Companhia e Controlada alugam equipamentos, instalações e diversas lojas, prédios administrativos e *sites* onde se encontram instaladas estações rádio base, por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de março de 2014, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram de R\$5.655.462 e R\$10.157.607, na controladora e consolidado, respectivamente.

Estes compromissos com aluguel de lojas, prédios administrativos e *sites* sob contratos não canceláveis apresentam os seguintes prazos:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	868.722	1.188.939
Um ano até cinco anos	3.053.348	4.469.568
Mais de cinco anos	1.733.392	4.499.100
Total	5.655.462	10.157.607

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 de abril de 2014, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e consolidado e os relatórios de auditoria dos Auditores Independentes e relatório do Conselho Fiscal, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Nesta mesma AGO, foi aprovada a destinação de dividendos adicionais propostos, ainda não distribuídos aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais, que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 23 de abril de 2014, no montante de R\$132.538.

O valor por ação (VPA) destes dividendos é de R\$0,110682844154 e R\$0,121751128569 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Telefônica Brasil S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TELEFÔNICA BRASIL S.A. e empresas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de maio de 2014.

Clóvis Ailton Madeira

CTCRC Nº 1SP106895/O-1 "S"

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC SP-025.583/O-1